

PARTICIPAÇÃO DE SÃO FRANCISCO NO 22º JORI NA CIDADE DE ANDRADINA

A disputa abrangeu atletas das regiões de Araçatuba e São José do Rio Preto, foram disputadas 14 modalidades esportivas: atletismo, bocha, buraco, coreografia, damas, dança de salão, domino, malha, natação, tênis, tênis de mesa, truco, voleibol adaptado e xadrez.

Atletas são-franciscuense com idade mínima de 60 anos foram competir no JORI-Jogos Regionais do Idoso entre os dias 24 a 28/janeiro/2018 na cidade de Andradina SP.

E mais uma vez São Francisco foi destaque na natação, conquistando a Medalha de Bronze com a "dona Guedes" Atleta Inês Emília de Jesus, na prova de 25 metros livre.

"É um orgulho enorme ver essas guerreiras representando nossa cidade, esporte é importante em todas as fases da vida, e elas demonstram uma vitalidade que muitos com 30 anos não tem. São exemplo e espelho pra nossa juventude", comentou Anderson Pimenta, chefe da delegação de São Francisco. "A participação no JORI pode estimular mais pessoas com mais de 60 anos, que hoje estão em casa, sem motivação, a também praticar esporte e encontrar uma nova vida", completou.

O prefeito Maurício Honório, também reforçou a importância da atividade física para as pessoas da Terceira Idade, destacando que a Prefeitura oferece atividades para todos, desde criança até o idoso. O prefeito complementa que na terceira idade o esporte tem ainda mais importância, pois ajuda a manter uma vida ativa e saudável, além de promover a socialização entre as pessoas.

A presidente do Fundo Social de Solidariedade do município de São Francisco, Denise Gouveia enfatizou que é de suma importância a participação da delegação são-franciscuense nos Jogos Regionais dos Idosos, para o resgate da autoestima e integração da melhor idade.

Sob o comando professor Danilo Telles Miani, os são-franciscuenses que foram competir são os seguintes:



ATLETISMO MASCULINO
Antônio dos Santos
Categoria C (70 a 74 anos de idade) 1.200 metros

DOMINÓ MASCULINO
Antônio Esquina Dias
Devanir Marena
Natação Masculino
Antônio dos Santos
Categoria C (70 a 74 anos de idade) 50 metros nado livre

NATAÇÃO FEMININO
Inês Emília de Jesus "Dona Guedes"
Categoria E (80 a 84 anos de idade) 25 metros livre

TRUCO
João Cardoso
Rosalino Lemes Soares
VOLEIBOL ADAPTADO
Adonira Cerconvis de Andrade
Alzira Mascena da Silva
Edna Bernardes



Genir Rosa da Silva Formentão
Inês Emília de Jesus
Ivani Teixeira dos Santos
Juraci Aparecida Sancovich de Andrade
Lazara Garcia Pimentel
Maria de Lourdes do Valle Esquina

Odete Maria Vedelago da Silva
Monitora: Irene Aparecida Lezo Matanovich
Técnico: Professor Danilo Telles Miani
Motoristas: Robson e Coco
Chefe da Delegação: Anderson Pimenta



LIONS CLUBE A SERVIÇO DO LAR DOS VELHINHOS DE DALAS

O Lar dos Velhinhos de Dalas recebeu neste mês de Janeiro uma expressiva doação da Empresa Pelmex MS Ltda de 21 colchões, incluindo 10 hospitalares, além de 06 unidades guarda costas alveolados e 22 travesseiros, o que proporcionou a possibilidade de troca de todos os colchões usados no Lar. O fato ocorreu diante da entrega de ofício do Lar dos Velhinhos, em mãos ao Sócio Diretor da empresa Sr. Joaquim Fernandes Neto, pelos representantes do Lions Clube de Palmeira d'Oeste, CL Wilson Barbieri (colorido) e CaL Aglaê Jean Pelinsson Barbieri. Acontecimentos assim ratificam o fato de que a solidariedade que existe em nós, só precisa ser estimulada



e/ou direcionada para chegar até os mais necessitados. Este é um dos objetivos do Lions, servir

desinteressadamente e mostrar que é possível fazê-lo.
LIONS CLUBE PALMEIRA

D'OESTE: 1968-2018.
50 ANOS A SERVIÇO DA COMUNIDADE.



Vendas no atacado e varejo. Venha conferir!

Telefone (17) 3651-3347
Av. Inocêncio Figueiredo, nº 53-58 - Centro - Palmeira d'Oeste



CASA DO LAVRADOR

Agropecuária

Telefones: (17) 3651-1547 e 3651-1186



J. C. MINGATI & MINGATI LTDA.

Defensivos, Fertilizantes e Produtos Agropecuários em Geral

Tel. (17) 3651-1298 - Palmeira d'Oeste - SP



Oliveira Calçados

Gerente: Priscila Oliveira

Fone: (17) 3651-1036

Rua Brasil, 48-10 - Centro - Palmeira d'Oeste



RESIDENCIAL DAS Arancárias

Palmeira d'Oeste ganha um novo loteamento com terrenos de 170 a 420m². Excelente localização. 20.000 mil metros quadrados de área verde, com espaço para lazer e esporte. Realize seu sonho e invista na capital regional da uva. Faça uma visita em nosso plantão de vendas e tenha a oportunidade de realizar um ótimo investimento

Será sorteado um lote de 170m² entre os primeiros 50 compradores

Fone: (17) 9974-5810

Plantão: Av. Catandura, 43.13



MultiDrogas
Com você, pela saúde da nossa gente

(17) 3651-1131

Rua Brasil, nº 46-15 - Centro - Palmeira D'Oeste - SP

M.A. ELÉTRICA E HIDRALICA

*ALUGUEL MENSAL DE CONTAINERS

Fone: (17) 3651-3166
Cel: (17) 99733-0321

Rua XV de Novembro, N°44-56 - Centro - Palmeira D'Oeste - SP

POSTO DE SERVIÇOS D'OESTE

Combustíveis - Lavagem - Lubrificação



Rua Brasil, 44-20 - 3651-1129

ODONTOLOGIA FERRARI

CIRURGIÕES
DENTISTAS

Dr. Waldecir Ferrari
CROSP 21723
DR. Anísio Martins F. Neto
CROSP 92267
DR.ª Thaís Vieri Bastom
CROSP 101543

CLÍNICA GERAL • DENTÍSTICA
ENDODONTIA (CANAL) • CLAREAMENTO
ODONTOPEDIATRIA • ORTODONTIA
IMPLANTE • PRÓTESE

Atendimento com hora marcada

Fone: (17) 3651-1229
Rua XV de Novembro, 44-40 - Centro,
Palmeira d'Oeste, SP

Tribuna da Imprensa

EXPEDIENTE

Jornal Tribuna da Imprensa S/S Ltda
C.N.P.J. nº 13.787.972/0001-10
Insc. Municipal nº 0300.1036.1302

Diretor Presidente: Filipe Botelho Soares Dutra Fernandes
Diretor Comercial: José Antonio Fernandes
Editora/Redatora: Marília Botelho Soares Dutra Fernandes
Colunista: Tenente Dirceu Cardoso

Redação: Rua Rio Branco, nº 49-16 - Centro
Fone (17) 3651-1293 / 3651-1379 - Palmeira d'Oeste/SP
CEP 15.720-000 - E-Mail: tribunadacomarca@yahoo.com.br

Diagramação e Impressão:
Gráfica e Editora Total Graph - JALES-SP - Fone (17) 3632-6889
MSN e E-mail: folharegional@melfinet.com.br

Os artigos assinados são de inteira responsabilidade de seus autores, não refletindo necessariamente a opinião deste jornal.

ARTIGO

MUDANÇAS MAIS RADICAIS

Dom Reginaldo Andrietta, Bispo Diocesano de Jales

A atual crise econômica brasileira, manifestada sobretudo pelo altíssimo índice de desemprego, sugere análises. Essa crise decorre somente da política econômica atual? Certamente não, pois o sistema econômico, não afrontado até mesmo por governos mais populares, gera excluídos. Os detentores do capital aperfeiçoam seus mecanismos de exploração, maximizando os investimentos tecnológicos e a financeirização da economia. Aos pobres restam “migalhas”.

Qual lógica está por detrás desse sistema? Como nossa prática socioeconômica revela nossas “crenças”, proponho uma reflexão sobre essa questão sob o prisma teológico-pastoral. Qual conceito de Deus nossa sociedade cultiva, hoje? Aquele que é gerador de comunhão entre os humanos ou propulsor da concorrência e do sucesso individual, finalmente, um ídolo? Qual crença nos propomos ter?

“Não podeis servir a Deus e ao dinheiro” (Mt 6,24). O “dinheiro”, mencionado por Cristo, simboliza o capital que, ao longo da história, tem sido acumulado, tendo, hoje, um grau elevado de virtualidade. O mercado financeiro é feito por dinheiro que gera dinheiro, sem lastro real. O capital, nessa forma, dá impressão de ser um “deus que gera a si mesmo”. Esse extremo resulta de uma economia sob a lógica da mercantilização total, fundada na exploração desenfreada dos recursos naturais e da mão-de-obra, cujo lucro é canalizado para a geração de mais lucro.

Essa “economia sem coração” não está em função da coletividade humana. Ela se funda na liberdade e na concorrência de mercado que sacrifica vidas humanas. Essa lógica sacrificial foi explicitamente questionada por Jesus: “Ide, pois, e aprendei o que significa: ‘eu quero misericórdia e não sacrifício’” (Mt

9,13). Hoje, a classe trabalhadora tem sido imolada, ou seja, sacrificada no altar do “trabalho explorado” ou do “não trabalho”, em oferenda ao “deus capital”.

A impossibilidade do trabalho, o trabalho precário e o trabalho com função antissocial resultam de uma lógica econômica idolátrica, cruelmente mortal. A fé no Deus verdadeiro, de inspiração judaico-cristã, sinaliza uma lógica totalmente oposta. Deus, segundo essa tradição é fonte de vida. Ele é, portanto, libertador de sistemas que causam a morte, a exemplo da libertação dos hebreus no Egito, relatada no livro do Êxodo.

A identidade libertadora de Deus se manifestou, também, na conquista da “terra prometida”, na atuação dos profetas e na missão de Cristo, o Verbo encarnado (cf. Lc 4,16-21). Este assumiu a “condição de escravo”, isto é, de trabalhador do seu tempo (cf. Fl

2,5-11), adentrando a realidade de morte gerada sobretudo pelo trabalho opressor, para resgatar os oprimidos e dar-lhes vida. O próprio Jesus o diz: “O ladrão vem só para roubar, matar e destruir. Eu vim para que tenham vida, e a tenham em abundância” (Jo 10,10).

Jesus foi um trabalhador manual, identificado com trabalhadores comuns. Seu “trabalho” evoluiu para a “obra” que o Pai lhe confiou e assumiu-a até o fim (cf. Jo 17,4). Sua doação total para a salvação da humanidade, tornou-se missão que nele creem. A sociedade brasileira se inspira, hoje, no Deus revelado em Cristo ou na falsa crença de um desenvolvimentismo que concede à maior parte da população somente as “sobras dessa festa macabra”? Se nos orientamos por uma fé falsa, certamente nossa crise é maior do que parece, necessitando mudanças mais radicais.

Jales, 23 de janeiro de 2018.

O patrimônio público ocioso

O governo de São Paulo deu, nesta terça-feira (30-01), o primeiro passo para resolver o problema dos 5 mil imóveis de sua propriedade que hoje estão ociosos ou abandonados, causam problemas urbanos ou servem para a invasão e exploração indevida por terceiros. Contratou uma empresa do ramo imobiliário que vai vender, permutar, alugar ou estabelecer parcerias com empreendimentos que possam utilizar esses prédios e áreas públicas. O primeiro lote é composto por 267 propriedades – prédios comerciais, residenciais, terrenos, barracões e ginásios, 188 delas na capital e as demais em 57 cidades do interior.

Com o desenvolvimento tecnológico e a mudança de hábitos

e sistemas, o Estado deixou de prestar muitos serviços e suas sedes tornaram-se ociosas. Por falta de administração adequada, esses imóveis, além de deixar de cumprir uma finalidade pública, tornaram-se problemas. Com a venda, além de dar-lhes uma destinação, o poder público retornará ao erário os recursos no passado despendidos para a sua compra e instalação. O fenômeno – é importante lembrar – não se restringe ao estado de São Paulo; estende-se a todas as unidades da federação, nas esferas federal, estadual e municipal. O órgão público nunca foi um bom administrador do próprio patrimônio.

São milhares os prédios e terrenos pertencentes à União, estados

e municípios que hoje estão abandonados quando, pelo menos, o valor de sua alienação poderia aliviar um pouco as dificuldades do cofre público. Dois exemplos gritantes são as ferrovias – hoje integrantes do patrimônio federal – que possuem muitas estações, armazéns, pátios, unidades administrativas, oficinas e terrenos ao longo de suas linhas, hoje deficitárias e subutilizadas. Também saltam aos olhos os prédios do INSS que, em razão das mudanças tecnológicas, hoje estão vazios e se deteriorando, muitos deles localizados em áreas altamente inflacionadas.

O cotidiano é prova da inconveniência de o poder público manter empresas estatais, pois a maioria

delas dá prejuízo. Elas tiveram razão de existir quando a sociedade necessitava dos serviços de infraestrutura e a iniciativa privada ainda não era capaz de executá-los. Hoje, a conveniência é privatizar tudo e concentrar o poder estatal no licenciamento e fiscalização. A grande tarefa de desmontagem do estado-empresário e seu cabide de empregos poderia começar pela alienação dos milhares de imóveis ociosos. Isso, se vier a ocorrer, apresentará um salto do país rumo à modernidade...

Tenente Dirceu Cardoso Gonçalves - dirigente da ASPOMIL (Associação de Assist. Social dos Policiais Militares de São Paulo)



FISIOTERAPIA, RPG, PILATES,
NUTRIÇÃO, DRENAGEM LINFÁTICA
E TREINAMENTO FUNCIONAL

Fisioterapeuta
Maristela Garcia
Credito: 46374-F

Fisioterapeuta
Leticia Maganha
Credito: 206268-F

Fone: (17) 99761-2620

Rua: XI de Novembro, 46-85 - Palmeira d'Oeste



Centro de
Fisioterapia
e Estética

(17) 99729-0285
Pilates Clínico

Dr. Valdir do Valle Júnior

Fisioterapeuta

Osteopatia - Acupuntura - Fisioterapia - R.P.G.
Credito: 3/179342-f

Dalíria S. Felício do Valle

Esteticista

Estética facial e corporal

Janaina
Volpato
Nutricionista
CRN 30890
(17) 99609-6703

Ludmila
Damasceno
Colombo
Psicóloga
CRP 06/105982
(17) 99715-5300

Andreza de
Paula Martins
Fisioterapeuta
Credito: 183348-f

Rua Inocêncio Figueiredo, 5161



Nutrição Clínica Funcional

Dra Amanda Cunha Barbosa Rodrigues

CRN 32295

Nutricionista Clínica com Especialidade em Nutrição
Funcional, Fitoterapia e Suplementação

Atendimento na ML Fisio Pilates: Rua XV de
Novembro, 4685, Centro, Palmeira d'Oeste

Telefone: (17) 96158492



**Dinheiro
público**
É DA SUA CONTA.

TRANSPARÊNCIA
Acesso à
Informação

e-SIC
Serviço de
Informação ao Cidadão

ACESSE:

www.cmpalmeiradoeste.sp.gov.br

HANSENÍASE

Ministério da Saúde lança campanha para incentivar diagnóstico precoce e busca ativa de casos

Em dez anos, taxa de detecção da doença caiu 42%, que é mais frequente nas regiões norte, nordeste e centro-oeste. Hanseníase tem cura e o tratamento é ofertado gratuitamente no SUS

O Ministro da Saúde, Ricardo Barros, lançou nesta quarta-feira (31) em Belém/PA, a Campanha Nacional de Luta Contra a Hanseníase 2018. As peças da campanha, que serão veiculadas nacionalmente, trazem o slogan Hanseníase: Identificou. Tratou. Curou. O objetivo é alertar a população sobre sinais e sintomas da doença, estimular a procura pelos serviços de saúde e mobilizar profissionais de saúde na busca ativa de casos, favorecendo assim o diagnóstico precoce, o tratamento oportuno e a prevenção das incapacidades.

"Gestores, população e profissionais da saúde precisam se unir para apoiar quem precisa do tratamento. Quanto mais rápido o diagnóstico, mais eficaz é o tratamento, por isso os portadores da doença devem buscar os serviços de saúde assim que notarem sinais ou sintomas da doença", reforçou o ministro Ricardo Barros durante o lançamento da campanha.

O governador do Pará, Simão Jatene, enfatizou que é preciso juntar esforços para enfrentar a doença. "As três esferas do governo em conjunto com a sociedade devem se unir para enfrentar a doença. A população deve se conscientizar

que o tratamento adequado é o melhor caminho para a cura. Com um esforço coletivo vamos avançar na diminuição de casos de hanseníase", afirmou.

O público prioritário são homens na faixa etária entre 20 e 49 anos, parcela da população com maior número de casos diagnosticados. Também deve ser dada atenção especial ao público idoso, por se tratar de um grupo com alta taxa de detecção de casos novos com grau 2 de incapacidade físicas (incapacidades visíveis) causadas pela hanseníase. Para alcançar essa população, a sensibilização entre profissionais de saúde será fundamental, bem como a busca ativa de casos novos em espaços de convivência (ambiente domiciliar e social).

A campanha publicitária também enfatiza a importância de examinar as pessoas que convivem ou conviveram de forma contínua e prolongada com os casos diagnosticados. Também alerta à população para buscarem os serviços de saúde ao menor sinal da doença, pois a transmissão se dá de uma pessoa doente sem tratamento para outra, por meio das vias aéreas. Em 2017, foram examinados 77,4% dos contatos registrados.

O enfrentamento da hanseníase baseia-se na busca ativa de casos novos para o diagnóstico precoce, tratamento oportuno, prevenção das incapacidades e investigação

dos contatos, como forma de eliminar fontes de infecção e interromper a cadeia de transmissão da doença. O diagnóstico e o tratamento são ofertados pelo SUS, disponível em unidades públicas de saúde.

BOLETIM - Em dez anos, o Brasil apresentou uma redução de 37,1% no número de casos novos, passando de 40,1 mil diagnosticados no ano de 2007, para 25,2 mil em 2016. Tal redução corresponde à queda de 42,3% da taxa de detecção geral do país (de 21,19/100 mil hab. em 2007 para 12,23/100 mil hab. em 2016). Do total de casos novos registrados, 1,6 mil (6,72%) foram diagnosticados em menores de 15 anos, sinalizando focos de infecção ativos e transmissão recente, e 7,2 mil iniciaram tratamento com alguma incapacidade.

Em 2016, 2.885 municípios diagnosticaram casos novos de hanseníase no Brasil. Desses, 591 municípios diagnosticaram casos em menores de 15 anos, sinalizando focos de infecção ativos e transmissão recente. O país registrou 25.218 casos novos da doença, com taxa de detecção de 12,23 por 100.00 habitantes, considerado de alta endemicidade. Do total de casos novos registrados, 1.696 (6,72%) foram diagnosticados em menores de 15 anos e 7.257 (28,8%) iniciaram tratamento com alguma incapacidade física.

Quanto à distribuição por sexo

e faixa etária, em 2016, do total de casos novos registrados no Brasil, 13.686 (54,2%) foram na população masculina. Desses, 6.233 (45,5%) casos foram diagnosticados na faixa etária de 20 a 49 anos de idade e, 3.422 (25%), na faixa etária de 60 anos ou mais. Em 2017, dados preliminares apontam 24.209 casos novos diagnosticados no país.

Conforme dados preliminares de 2017, o estado do Pará, escolhido para receber o lançamento nacional da campanha, é o terceiro em número de casos novos da doença País, com 2.359 casos diagnosticados, perdendo apenas para Mato Grosso (3.167) e Maranhão (2.715). Além disso, o estado do Pará é o primeiro em número de casos novos na Região Norte, e segundo em casos menores de 15 anos no país (213), quinto em taxa de detecção geral (28,2/100 mil hab) e em taxa de detecção em menores de 15 anos (8,96/100 mil hab).

PROJETO ABORDAGENS INOVADORAS - A redução da carga da hanseníase é uma das prioridades do governo federal, portanto, esforços conjuntos entre União, estados, municípios e parceiros se fazem necessários para ampliação de ações estratégicas.

Uma das ações implantadas pelo Ministério da Saúde, em parceria com a OPAS/OMS, Instituto Lauro de Souza Lima (ILSL),

Movimento de Reintegração das pessoas Atingidas pela Hanseníase (MORHAN) e apoio da Fundação NIPPON do Japão, é o Projeto Abordagens Inovadoras para intensificar esforços para um Brasil livre da Hanseníase, com duração de três anos (2017-2019). Esta ação ocorre em 20 municípios dos estados do Maranhão, Mato Grosso, Pará, Pernambuco, Piauí e Tocantins, os quais apresentam elevado número de casos novos em crianças, um dos critérios de seleção.

O projeto prevê capacitação dos profissionais de saúde na Atenção Primária; ampliação do trabalho para detecção de casos novos; fortalecimento dos centros de referência; redução da proporção de casos novos com grau 2 de incapacidade física, por meio do diagnóstico precoce e ações de prevenção de incapacidades; e enfrentamento do estigma e discriminação contra as pessoas acometidas pela doença.

O Ministério da Saúde também realiza, em parceria com estados e municípios, busca ativa de casos novos de hanseníase em alunos matriculados no ensino fundamental de escolas públicas, na faixa etária de 5 a 14 anos, para o diagnóstico precoce e tratamento nas unidades básicas de saúde. O tratamento é fornecido gratuitamente nas unidades básicas de saúde do SUS.

SOBRE A DOENÇA - A Hanseníase é uma doença crônica, transmissível e de notificação compulsória. Possui como agente etiológico o Mycobacterium leprae, capaz de infectar grande número de indivíduos (alta infectividade), apesar da baixa patogenicidade (poucos adoecem). Tem predileção pela pele e nervos periféricos, podendo cursar com surtos reacionais intercorrentes, o que lhe confere alto poder de causar incapacidades e deformidades físicas, responsáveis pelo estigma e discriminação às pessoas.

CARRETA DA SAÚDE - Ainda em Belém, o Ministro da Saúde realizou uma visita a Carreta da Saúde, unidade itinerante que possui cinco consultórios e um laboratório que oferece atendimento à pacientes com hanseníase desde 2009. A unidade estará disponível entre os dias 31/01 a 04/02 no município.

O atendimento na Carreta será realizado por profissionais de saúde da rede municipal, com realização de triagem de casos suspeitos, exames para diagnóstico e avaliação neurológica. Os casos novos diagnosticados iniciam o tratamento e são direcionados para acompanhamento nas unidades de saúde do município.

Nicole Beraldo,
da Agência Saúde
Assessoria de Imprensa - MS

INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA MUNICIPAL DE PALMEIRA D'OESTE

EXTRATO DE CONTRATO

CONTRATANTE: INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA MUNICIPAL DE PALMEIRA D'OESTE
CONTRATADA: CREDITO & MERCADO GESTÃO DE VALORES MOBILIARIOS LTDA
VALOR MENSAL: R\$ 500,00
ASSINATURA DA PRORROGAÇÃO: 02 de janeiro de 2018.
OBJETO: Objetiva a contratação de empresa de prestação de serviço de consultoria financeira
VIGÊNCIA: 02 de janeiro a 31 de dezembro de 2018.

Palmeira D'Oeste 02 de janeiro de 2018.

MARILDE MURZANI TEIXEIRA SANTIAGO
Presidente do IPREM

EXTRATO DE PRORROGAÇÃO CONTRATUAL

CONTRATANTE: INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA MUNICIPAL DE PALMEIRA D'OESTE
CONTRATADA: ASCLEPIUS CLINICA MEDICA LTDA - EPP
VALOR: R\$ 292,09 por pericia
ASSINATURA DA PRORROGAÇÃO: 29 de dezembro de 2017.
OBJETO: Objetiva a contratação de empresa de prestação de serviço de Perícias Médicas
VIGÊNCIA: 01 de janeiro a 31 de dezembro de 2018.
MODALIDADE: Pregão nº. 01/2017
Palmeira D'Oeste 02 de janeiro de 2018.

MARILDE MURZANI TEIXEIRA SANTIAGO
Presidente do IPREM

EXTRATO DE PRORROGAÇÃO CONTRATUAL

CONTRATANTE: INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA MUNICIPAL DE PALMEIRA D'OESTE
CONTRATADA: FÉLIX - CONSULTORIA E ACESSORIA LTDA-ME
VALOR MENSAL: R\$ R\$ 2.689,71 (dois mil seiscentos e oitenta e nove reais e setenta e um centavos)
ASSINATURA DA PRORROGAÇÃO: 29 de dezembro de 2017.
OBJETO: Prestação de serviços contábil e previdenciário.
VIGÊNCIA: 12 meses.
MODALIDADE: Convite nº. 01/2017
Palmeira D'Oeste, 29 de dezembro de 2017.

MARILDE MURZANI TEIXEIRA SANTIAGO
Presidente do IPREM

EXTRATO DE PRORROGAÇÃO CONTRATUAL

CONTRATANTE: INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA MUNICIPAL DE PALMEIRA D'OESTE
CONTRATADA: PAULO RICARDO SANTANA SOCIEDADE INDIVIDUAL DE ADVOCACIA
VALOR: R\$ 4.103,45
ASSINATURA DA PRORROGAÇÃO: 29 de dezembro de 2017.
OBJETO: Objetiva a contratação de empresa de Assessoria e Consultoria Jurídica, especializada no ramo do Direito Administrativo e da Administração Pública
VIGÊNCIA: 01 de janeiro a 31 de dezembro de 2018.
MODALIDADE: Tomada de Preço nº. 01/2017
Palmeira D'Oeste 02 de janeiro de 2018.

MARILDE MURZANI TEIXEIRA SANTIAGO
Presidente do IPREM

LIVRO D-09

FLS. 183

EDITAL DE PROCLAMAS Nº 2695

Matrícula:
115782 01 55 2018 6 00009 183 0002695 69

Camila Lanza Venturini, Oficiala Interina do Registro Civil das Pessoas Naturais e de Interdições e Tutelas da Sede da Comarca de Palmeira d'Oeste-SP.

Faço saber que pretendem casar-se e apresentaram documentos exigidos pelo artigo 1.525, itens I, III e IV do Código Civil Brasileiro // **LUCIANO ANTONIO DE AMORIM ARAUJO** e **ADRIELY CRISTINA CARDELIQUIO FERNANDES** //.

Ele, natural de Palmeira d'Oeste, Estado de São Paulo, nascido aos vinte e dois de março de um mil novecentos e oitenta e oito (22/03/1988), profissão soldador, estado civil solteiro, domiciliado e residente na Rua Ademir Sparapani, nº 32-59, bairro COHAB João José Dias, na cidade de Palmeira d'Oeste, Estado de São Paulo, filho de **ALFREDO AUGUSTO DE ARAUJO** e de dona **LUZIA ANTONIA DE AMORIM**.

Ela, natural de Santa Bárbara d'Oeste, Estado de São Paulo, nascida aos vinte e seis de fevereiro de um mil novecentos e noventa e sete (26/02/1997), profissão do lar, estado civil solteira, domiciliada e residente na Rua Ademir Sparapani, nº 32-59, bairro COHAB João José Dias, na cidade de Palmeira d'Oeste, Estado de São Paulo, filha de **AGUNALDO DOS SANTOS FERNANDES** e de dona **ADRIANA CARDELIQUIO DE SOUSA**.

Se alguém souber de algum impedimento, oponha-o na forma da lei. Edital a ser afixado nesta Serventia.

Palmeira d'Oeste - SP, 23 de janeiro de 2018.


Camila Lanza Venturini
Oficiala Interina

Certidão expedida em oito de fevereiro de dois mil e dezoito (08/02/2018)
Processo: 257/2018
Data do Casamento: 17/02/2018

LIVRO D-09

FLS. 182

EDITAL DE PROCLAMAS Nº 2694

Matrícula:
115782 01 55 2018 6 00009 182 0002694 60

Camila Lanza Venturini, Oficiala Interina do Registro Civil das Pessoas Naturais e de Interdições e Tutelas da Sede da Comarca de Palmeira d'Oeste-SP.

Faço saber que pretendem casar-se e apresentaram documentos exigidos pelo artigo 1.525, itens I, III e IV do Código Civil Brasileiro // **AFONSO HENRIQUE DE OLIVEIRA** e **JÉSSICA DOS SANTOS GUIMARÃES** //.

Ele, natural de Palmeira d'Oeste, Estado de São Paulo, nascido aos vinte e cinco de julho de um mil novecentos e noventa e quatro (25/07/1994), profissão trabalhador rural, estado civil solteiro, domiciliado e residente na Rua Jesus Claudio Machado, nº 26-116, bairro COHAB José Antônio Sparapani, na cidade de Palmeira d'Oeste, Estado de São Paulo, filho de **ÉLIO MARIANO DE OLIVEIRA** e de dona **CICERA BATISTA DOS SANTOS DE OLIVEIRA**.

Ela, natural de Palmeira d'Oeste, Estado de São Paulo, nascida aos dezesseis de novembro de um mil novecentos e noventa e dois (16/11/1992), profissão manicure, estado civil solteira, domiciliada e residente na Rua Jesus Claudio Machado, nº 26-116, bairro COHAB José Antônio Sparapani, na cidade de Palmeira d'Oeste, Estado de São Paulo, filha de **JOSÉ APARECIDO GUIMARÃES** e de dona **CELIA MARIA DOS SANTOS**.

Se alguém souber de algum impedimento, oponha-o na forma da lei. Edital a ser afixado nesta Serventia.

Palmeira d'Oeste - SP, 23 de janeiro de 2018.


Camila Lanza Venturini
Oficiala Interina

Certidão expedida em oito de fevereiro de dois mil e dezoito (08/02/2018)
Processo: 255/2018
Data do Casamento: 17/02/2018



PREFEITURA MUNICIPAL
Palmeira D'Oeste - Estado de São Paulo
Av. Dr. Francisco Felix Mendonça, 4955 Centro
Fone/Fax (17) 3651-1212 - CEP 15720-000
CNPJ 46.609.731/0001-30
E-mail pmpalmeira@ig.com.br

CONVOCAÇÃO PARA ATRIBUIÇÃO DE VAGAS

A Prefeitura Municipal de Palmeira d'Oeste Estado de São Paulo na pessoa do Sr. JOSÉ CESAR MONTANARI, Prefeito Municipal de Palmeira d'Oeste Estado de São Paulo, usando de suas atribuições legais:

Convoca a candidato aprovado no Concurso Público Municipal nº. 02/2016, abaixo relacionado, conforme resultado publicado por Edital anteriormente, a comparecer no próximo dia 01 de fevereiro de 2018, às 7h00min no DEPARTAMENTO DE PESSOAL situado à Avenida Dr. Francisco Felix Mendonça nº. 49-55, com o fim específico de tomar posse do cargo pleiteado. O não comparecimento no dia e horário marcado implicará na desistência da vaga.

CARGO	CLASSIF.	NOME	MEDIA.
PROFESSOR PEB I	12º	ADRIANA ROSA LOFEGO DE FARIAS	61,25

Palmeira d'Oeste - SP, 31 de janeiro de 2018.


José Cesar Montanari
Prefeito Municipal



ESCRITÓRIO ORIENTADOR

Fone: 17 3651-1132

Av. Carlos Gomes, nº 49-75 - Centro
PALMEIRA D'OESTE-SP

CONTADORES: LUIZ OSMAR MIGLIORANZA
RESPONSÁVEIS: LUIZ FERNANDO MIGLIORANZA



A SUA CASA
DE MÓVEIS
E ELETRO-
DOMÉSTICOS

Fone (17)
3651-1048

AV. CARLOS GOMES,
Nº 47-90
CENTRO
Palmeira d'Oeste-SP

APARECIDA D'OESTE - PODER LEGISLATIVO
CAMARA MUNICIPAL DE APARECIDA D'OESTE
 RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DA DESPESAS COM PESSOAL
 ORÇAMENTOS FISCAIS E DA SEGURIDADE SOCIAL
 PERÍODO: Jan/2017 a Dez/2017

RGF - ANEXO 1 (LRF, art. 55, inciso I, alínea "a")

DESPESA COM PESSOAL	DESPESA EXECUTADAS	
	Jan/2017 a Dez/2017	
	LIQUIDADAS (a)	INSCRITOS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (b)
DESPESA BRUTA COM PESSOAL (I)	619.381,56	0,00
Pessoal Ativo	619.381,56	0,00
Pessoal Inativo e Pensionistas	0,00	0,00
Outras Despesas de Pessoal decorrentes de Contratos de Terceirização (§ 1º do art. 18 da LRF)	0,00	0,00
DESPESAS NÃO COMPUTADAS (§ 1º do art. 19 da LRF)(II)	0,00	0,00
Indenizações por Demissão e Incentivos à Demissão Voluntária	0,00	0,00
Decorrentes Decisão Judicial e Exercícios Anteriores	0,00	0,00
Inativos e Pensionistas com Recursos Vinculados	0,00	0,00
Convocação Extraordinária (Inciso II, § 6º, art. 57 da CF)	0,00	0,00
DESPESA LÍQUIDA COM PESSOAL (III) = (I-II)	619.381,56	0,00

APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE LEGAL	VALOR	% SOBRE A RCL
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL (V)	15.787.024,14	-
(-) Transferências obrigatórias da União relativas às emendas individuais(V)(§13,art.166 da CF)	0,00	
= RECEITA CORRENTE LÍQUIDA AJUSTADA (VI)	15.787.024,14	
DESPESA TOTAL COM PESSOAL - DTP (IV) = (IIa + IIb)	619.381,56	3,92
LIMITE MÁXIMO (VI) (incisos I, II e III, art. 20 da LRF)	947.221,45	6,00
LIMITE PRUDENCIAL (VII) = (0,95 x VI) (parágrafo único do art.22 da LRF)	899.860,38	5,70
LIMITE DE ALERTA (VIII) = (0,90 x VI) (inciso II do § 1º do art.59 da LRF)	852.499,30	5,40

Nota:
 1 - Durante o exercício, somente as despesas liquidadas são consideradas executadas. No encerramento do exercício, as despesas não liquidadas inscritas em restos a pagar não-processados são também consideradas executadas.
 Dessa forma, para maior transparência, as despesas executadas estão segregadas em:
 a) Despesas liquidadas, consideradas aquelas em que houve a entrega do material ou serviço, nos termos do art. 63 da Lei 4.320/64;
 b) Despesas empenhadas mas não liquidadas, inscritas em Restos a Pagar não-processados, consideradas liquidadas no encerramento do exercício, por força do inciso II do art.35 da Lei 4.320/64
 2 - A Câmara Municipal não gastará mais de setenta por cento de sua receita com folha de pagamento, incluído o gasto com o subsídio de seus Vereadores, nos termos do Art. 29-A da Lei 101/2000

CAMARA MUNICIPAL DE APARECIDA D'OESTE
 RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DA DISPONIBILIDADE DE CAIXA E DOS RESTOS A PAGAR
 ORÇAMENTOS FISCAIS E DA SEGURIDADE SOCIAL
 Referência: JANEIRO a DEZEMBRO /2017

RGF - ANEXO 1 (LRF, art. 55, inciso III, alínea "a")

DESTINAÇÃO DE RECURSOS	DISPONIBILIDADE DE CAIXA BRUTA (a)	OBRIGAÇÕES FINANCEIRAS			DISPONIBILIDADE DE CAIXA LÍQUIDA (Antes da inscrição em Restos a Pagar Não Processados) (9) = (a) - (b) + (c) - (d)	RESTOS A PAGAR EMPENHADOS E NÃO LIQUIDADOS DO EXERCÍCIO	EMPENHOS NÃO LIQUIDADOS CANCELADOS (Não inscritos por insuficiência financeira)
		Restos a Pagar Liquidados e Não Pagos de Exercícios Anteriores (b)	Restos a Pagar Empenhados e Não Liquidados de Exercícios Anteriores (c)	Demais Obrigações Financeiras (d)			
DESTINAÇÃO DE RECURSOS							
RECURSOS VINCULADOS							
(00.01.00.00) Recursos Ordinários	0,00	0,00	0,00	0,00	-29,16	29,16	0,00
(00.91.00.00) Recursos Ordinários	0,00	0,00	0,00	0,00	29,16	-29,16	0,00
TOTAL DOS RECURSOS VINCULADOS (I)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL (III) = (I+II)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

* Relatório agrupado por código de aplicação (grupo código)

CAMARA MUNICIPAL DE APARECIDA D'OESTE
 RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO SIMPLIFICADO DO RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
 ORÇAMENTOS FISCAIS E DA SEGURIDADE SOCIAL
 PERÍODO: ATÉ O 3º QUADRIMESTRE DE 2017

LRF, art. 48 - Anexo 6

RECEITA CORRENTE LÍQUIDA	VALOR ATÉ O BIMESTRE	
Receita Corrente Líquida	15.787.024,14	
DESPESA COM PESSOAL		
Despesa Total com Pessoal - DTP	619.381,56	3,92
Limite Máximo (Incisos I, II e III, art. 20 da LRF)	947.221,45	6,00
Limite Prudencial (§ único, art. 22 da LRF)	899.860,38	5,70
DÍVIDA CONSOLIDADA		
Dívida Consolidada Líquida	0,00	0,00
Limite Definido por Resolução do Senado Federal	18.944.428,97	120,00
GARANTIAS DE VALORES		
Total das Garantias	0,00	0,00
Limite Definido por Resolução do Senado Federal	3.473.145,31	22,00
OPERAÇÕES DE CRÉDITO		
Operações de Crédito Internas e Externas	0,00	0,00
Operações de Crédito por Antecipação da Receita	0,00	0,00
Limite Definido p/ Senado Federal para Op. de Crédito Internas e Externas	2.525.923,86	16,00
Limite Definido p/ Senado Federal para Op. de Crédito por Antec. da Receita	1.105.091,69	7,00
RESTOS A PAGAR		
Valor Total	0,00	0,00

FONTE: SCPI - Contabilidade [8.21.16.2297], CAMARA MUNICIPAL DE APARECIDA D'OESTE

Portaria Nº 403 de 2016

CAMARA MUNICIPAL DE APARECIDA D'OESTE
 RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO SIMPLIFICADO DO RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
 ORÇAMENTOS FISCAIS E DA SEGURIDADE SOCIAL
 PERÍODO: ATÉ O 3º QUADRIMESTRE DE 2017

LRF, art. 48 - Anexo 6



BANCO DO BRASIL FAZ DOAÇÃO PARA ENTIDADES

No dia 26 de janeiro foram recebidos na prefeitura de Palmeira D'Oeste a Superintendência do Banco do Brasil para entrega de relevante doação do Banco para entidades do município. Os beneficiados foram Irmandade Padre Emanuel D'Alzan (Lar dos Velhinhos) que recebeu R\$ 37.000,00 (Trinta e sete mil reais) e a APAE de Palmeira D'Oeste que recebeu R\$ 40.000,00 (Quarenta mil reais). O Banco do Brasil tem mais de 5 mil agências e distribuiu pelo Brasil inteiro 48 doações

para entidades cadastradas e para Palmeira D'Oeste vieram duas, graças ao trabalho de toda uma equipe. A forma como é realizada a doação é complexa e cheia de detalhes, para um processo limpo e transparente. Muitos funcionários, tanto do Banco do Brasil como da Prefeitura de Palmeira D'Oeste estão envolvidos.

Entre tudo que foi dito solenemente na entrega dos "Cheques", percebemos como ainda existem pessoas que se entregam solidariamente a um tra-

balho em que a recompensa é o bem estar dos demais e não de si mesmos. Grandiosa é a importância dos departamentos sociais do município e de seus integrantes.

Finalmente, em um último discurso o prefeito municipal José Cezar Montanari (Peção) o orador e vice prefeito Reinaldo Savazi (Dodô) e o Presidente da Câmara Municipal Valdir Semensati agradeceram a presença de todos.

Luide Mendes - Assessoria de Imprensa



VIGILÂNCIA

Ministério da Saúde atualiza casos de febre amarela

O Brasil registrou 213 casos de febre amarela, sendo que 81 vieram a óbito, no período de 1º julho de 2017 a 30 de janeiro deste ano. No mesmo período do ano passado, foram confirmados 468 casos e 147 óbitos

O Ministério da Saúde atualizou nesta terça-feira (30) as informações repassadas pelas secretarias estaduais de saúde sobre a situação da febre amarela no país. No período de monitoramento (de 1º de julho/2017 a 30 de janeiro de 2018), foram confirmados 213 casos de febre amarela no país, sendo que 81 vieram a óbito. Ao todo, foram notificados 1.080 casos suspeitos, sendo que 432 foram descartados e 435 permanecem em investigação, neste período.

No ano passado, de julho de 2016 até 30 janeiro de 2017, eram 468 casos confirmados e 147 óbitos confirmados. Os informes de febre amarela seguem, desde o ano passado, a sazonalidade da doença, que acontece, em sua maioria, no verão. Dessa forma, o período para a análise considera de 1º de julho a 30 de junho de cada

ano.

CAMPANHA - A campanha de fracionamento da vacina contra a febre amarela começou na última quinta-feira (25) nos estados de São Paulo e Rio de Janeiro. A antecipação foi adotada porque o Ministério da Saúde já repassou, a ambos os estados, os insumos que serão utilizados nas campanhas. A campanha de vacinação no estado da Bahia começa no dia 19 de fevereiro.

Para auxiliar os estados e municípios na realização da campanha, o Ministério da Saúde vai encaminhar aos estados R\$ 54 milhões. Desse total, já foram repassados R\$ 15,8 milhões para São Paulo; R\$ 30 milhões para Rio de Janeiro, e está em trâmite a portaria que autorizará o repasse no valor de R\$ 8,2 milhões para a Bahia.

A adoção do fracionamento das vacinas é uma medida preventiva e recomendada pela Organização Mundial de Saúde (OMS) quando há aumento de epizootias e casos de febre amarela silvestre de forma intensa, com risco de expansão da doença em cidades com elevado índice popula-

cional. A dose fracionada tem apresentado a mesma proteção que a dose padrão. Estudos em andamento já demonstraram proteção por pelo menos oito anos e novas pesquisas continuarão a avaliar a proteção posterior a esse período.

O Ministério da Saúde, no ano de 2017 até o momento, encaminhou, as Unidades Federadas, o quantitativo de aproximadamente 58,9 milhões de doses da vacina. Para os estados de São Paulo, Minas Gerais, Rio de Janeiro, Espírito Santo e Bahia foram enviados cerca de 49,8 milhões de doses, com objetivo de intensificar as estratégias de vacinação, sendo 19,7 milhões (SP), 10,7 milhões (MG), 12 milhões (RJ), 3,7 milhões (ES) e 3,7 milhões (BA).

É importante informar que a febre amarela é transmitida por meio de vetor (mosquitos dos gêneros Haemagogus e Sabethes no ambiente silvestre). O último caso de febre amarela urbana foi registrado no Brasil em 1942, e todos os casos confirmados desde então decorrem do ciclo silvestre de transmissão.



Balanco Patrimonial Página: 1
 ASS P E A DOS EXC PAL D OESTE CNPJ: 02.903.323/0001-10
 Período: 01/01/2017 a 31/12/2017

ATIVO	177.759,87
ATIVO CIRCULANTE	64.877,12
DISPONIBILIDADE	64.877,12
CASA	2,00
CASA GERAL	2,00
BANCO DO BRASIL S.A. - C/C 390-6	14,40
BANCO SANTANDER S.A. - C/C 390-6	1,00
BANCO SANTANDER S.A. - C/C 390-6	13,40
BANCO SANTANDER S.A. - C/C 390-6	64.860,72
BANCO SANTANDER S.A. - C/C 390-6	22.303,69
BANCO SANTANDER S.A. - C/C 390-6	1.898,01
BANCO SANTANDER S.A. - C/C 390-6	40.558,02
ATIVO PERMANENTE	112.882,75
ATIVO MOBILIZADO	112.882,75
BENS ATIVO MOBILIZADO	112.882,75
MOVES E UTENSILIOS	46.748,67
VEICULOS	64.023,78
EQUIPAMENTOS EM PROCESSAMENTO DE DADOS	2.390,00
PASSIVO	177.759,87
PASSIVO CIRCULANTE	22.061,43
EXIGIBIL A CURTO PRAZO	22.061,43
CONTAS A PAGAR	1.700,08
CHEQUE A DESCONTAR	1.700,08
OBIGACAO TRIBUTARIAS	308,87
FIS A RECOLHER	345,30
I.R.R.F. A RECOLHER	48,37
OBRIGACOES TRABALHISTAS E PREV.SOCIAL	17.982,71
SALARIOS E OBRIGACOES A PAGAR	14.393,93
ISS A RECOLHER	1.444,26
FOTIS A RECOLHER	2.088,52
CONTRIBUICAO ASSISTENCIAL A RECOLHER	48,86
PATRIMONIO LIQUIDO	155.698,44
PATRIMONIO SOCIAL	155.265,71
PATRIMONIO SOCIAL	155.265,71
PATRIMONIO SOCIAL	155.265,71
RESERVAS	15.587,57
DEFICIT DO SUPERAVIT ACUMULADOS	15.587,57
(-) DEFICIT ACUMULADO	15.587,57

PALMEIRA D OESTE, 31 de dezembro de 2017.

Presidente: **LUCCIANO ANGELO SPARAPANI** CPF: 119.828.938-42
 Contador: **LUIZ OSMAIR MOURA JUNIOR** CT CRC: 158/18897

ESCRITÓRIO ORIENTADOR DE CONTABILIDADE
 AVENIDA CARLOS GOMES 4075 - Palmeira D'Oeste - SP - 13720-000 - Fone: (17)3851-1132

Demonstração de Superávit/Déficit Acumulados Página: 4
 ASS P E A DOS EXC PAL D OESTE CNPJ: 02.903.323/0001-10
 Período: 01/01/2017 a 31/12/2017

DESCRIÇÃO	VALOR
(*) Saldo Inicial do Exercício	Superávit 447,04
(*) Ajustes Creditores de Exercícios Anteriores	0,00
(-) Ajustes Devedores de Exercícios Anteriores	0,00
(*) Correção Monetária do Saldo Inicial	0,00
(-) Parcelas dos Lucros Acumulados Incorporados ao Capital	0,00
(*) Reservas de Reservas	0,00
Reservas de Contingência	0,00
Reservas de Lucros a Realizar	0,00
(-) Resultado Líquido do Exercício	Deficit 9.014,81
(-) Transferências para Reservas	0,00
(-) Dividendos ou Lucros Distribuídos, Pagos ou Creditados	0,00
= Déficit acumulado	Deficit 8.567,77

PALMEIRA D OESTE, 31 de dezembro de 2017.

Presidente: **LUCCIANO ANGELO SPARAPANI** CPF: 119.828.938-42
 Contador: **LUIZ OSMAIR MOURA JUNIOR** CT CRC: 158/18897

ESCRITÓRIO ORIENTADOR DE CONTABILIDADE
 AVENIDA CARLOS GOMES 4075 - Palmeira D'Oeste - SP - 13720-000 - Fone: (17)3851-1132

Demonstração do Resultado do Período Página: 2
 ASS P E A DOS EXC PAL D OESTE CNPJ: 02.903.323/0001-10
 Período: 01/01/2017 a 31/12/2017

REVENHOS	22.706,40
DOAÇÕES DIVERSAS	12.394,70
OUTRAS RECEITAS	7.640,80
PROMOÇÕES DIVERSAS	5.088,90
CONVENIO APAS	71.290,50
RECEITA NOTA FISCAL PARELTA	10.279,80
SUBVENÇÃO P.M. MARAPOLIS	9.000,00
SUBVENÇÃO SOCIAL P.M. MARAPOLIS DOESTE	23.188,00
DESPORTO JUDICIAL	2.104,00
CONVENIO SIOBET. ENT. DA EDUCACAO	70.808,90
RECURSOS DIARIOS C/IAS	16.977,80
RENDIMENTOS DE APLICACAO FINANCEIRAS	3.312,00
ISS COTA PATRIACIAL	10.274,00
Total	353.091,20
Despesas Administrativas	119.994,70
SALARIOS E GRATIFICACOES	40.893,80
PREVIDENCIA DE PIS/PASEP	2.473,80
DESPESAS COM OBRIGACAO DA ESCOLA	1.457,00
DESPESAS C/3 SALARIO	16.946,60
DESPESAS OPERARIAS	19.940,40
DESPESAS C/SEGURV	731,60
DESPESAS C/SEGUROS	5.881,70
DESPESAS C/TELEFONE	3.574,20
IMPRESOS E MATERIAS DE ESCRITÓRIO	481,80
DESPESAS C/FOTIS	18.471,00
MATERIAL DE LIMPEZA E HIGIENE	2.403,10
DESP. C/FEDERACOES E ASSOCIACOES	1.202,20
DESPESAS C/INFORMATICA E INTERNET	341,90
CONTRIBUICAO SINDICAL	821,30
HONORARIOS CONTABEIS	8.204,40
DESPESAS C/CATACORNO	375,80
DESPESAS COMATERIAL DIDACTICO	4.081,00
DESPESAS C/ALUGUEL	2.398,00
DESPESAS C/ALIMENTOS	2.174,90
DESPESAS COMVEICULOS	2.258,70
DESPESAS DIVERSAS	871,70
RESCISAO DE CONTRATO	2.598,00
MULTA, JUROS E CORRECCAO MONETARIA	224,00
GRAT. - MULTA RESCISORIO DO FGTS	1.406,10
DESPESAS C/MATERIAL P/ CONSTRUCCAO	1.318,80
DESPESAS COMATERIAL FARTESANATO	2.824,00
SERVICIOS DIVERSOS	33.407,80
Total	328.942,10
Despesas Financeiras	3.476,60
DESPESAS BANCARIAS	3.476,60
Total	3.476,60
Subtotal Operacional	42.138,30
Outras Despesas	61.427,10
ISS COTA PATRIACIAL	61.427,10

PALMEIRA D OESTE, 31 de dezembro de 2017.

Presidente: **LUCCIANO ANGELO SPARAPANI** CPF: 119.828.938-42
 Contador: **LUIZ OSMAIR MOURA JUNIOR** CT CRC: 158/18897

ESCRITÓRIO ORIENTADOR DE CONTABILIDADE
 AVENIDA CARLOS GOMES 4075 - Palmeira D'Oeste - SP - 13720-000 - Fone: (17)3851-1132

Notas Explicativas Página: 3
 ASS P E A DOS EXC PAL D OESTE CNPJ: 02.903.323/0001-10
 Período: 01/01/2017 a 31/12/2017

A APAE DE PALMEIRA D'OESTE É UMA ASSOCIAÇÃO CIVIL PLANTADA DE CARATER ASSISTENCIAL E EDUCACIONAL CULTURAL DE SAUDE DE ESTUDO E PESQUISA DESPORTIVOS E OUTROS SEM FINS LUCRATIVOS COM DURAÇÃO INDETERMINADA SENDO DE FORTO NO MUNICÍPIO DE PALMEIRA D'OESTE, ESTADO DE SÃO PAULO.

A DEMONSTRAÇÃO CONTÁBIL E FINANCEIRA FORAM ELABORADAS EM CONFORMIDADE COM A LBI E 40/18.

A PRÁTICA CONTÁBIL ADOTADA É O REGIME DE COMPETÊNCIA.

O RENDIMENTO DE APLICAÇÕES FINANCEIRAS FOI DE R\$ 372,71 FOI UTILIZADO O CREDITO CONTABIL PARA A APURACAO DAS RECEITAS E DESPESAS.

OS RECURSOS DA ENTIDADE FORAM APLICADOS DE ACORDO COM SUAS FINALIDADES INSTITUCIONAIS E DE CONFORMIDADE COM O ESTATUTO SOCIAL.

OS SERVIÇOS PRESTADOS PELA APAE SÃO TODOS GRATUITOS E OPERADOS AO SEU PRÓPRIO ALVO E SÃO REGISTRADOS ATRAVÉS DE LAYOUTS E RELATÓRIOS.

A ISENTAÇÃO UTILIZADA: COTA PATRIACIAL INSS-SAT-TERCEIROS-RME 02/14

PALMEIRA D OESTE, 31 de dezembro de 2017.

Presidente: **LUCCIANO ANGELO SPARAPANI** CPF: 119.828.938-42
 Contador: **LUIZ OSMAIR MOURA JUNIOR** CT CRC: 158/18897

ESCRITÓRIO ORIENTADOR DE CONTABILIDADE
 AVENIDA CARLOS GOMES 4075 - Palmeira D'Oeste - SP - 13720-000 - Fone: (17)3851-1132

Demonstração do Resultado do Período Página: 3
 ASS P E A DOS EXC PAL D OESTE CNPJ: 02.903.323/0001-10
 Período: 01/01/2017 a 31/12/2017

REVENHOS	1.114,81
DOAÇÕES DIVERSAS	1.114,81
OUTRAS RECEITAS	1.114,81
PROMOÇÕES DIVERSAS	1.114,81
CONVENIO APAS	1.114,81
RECEITA NOTA FISCAL PARELTA	1.114,81
SUBVENÇÃO P.M. MARAPOLIS	1.114,81
SUBVENÇÃO SOCIAL P.M. MARAPOLIS DOESTE	1.114,81
DESPORTO JUDICIAL	1.114,81
CONVENIO SIOBET. ENT. DA EDUCACAO	1.114,81
RECURSOS DIARIOS C/IAS	1.114,81
RENDIMENTOS DE APLICACAO FINANCEIRAS	1.114,81
ISS COTA PATRIACIAL	1.114,81
Total	11.148,10
Despesas Administrativas	11.148,10
SALARIOS E GRATIFICACOES	40.893,80
PREVIDENCIA DE PIS/PASEP	2.473,80
DESPESAS COM OBRIGACAO DA ESCOLA	1.457,00
DESPESAS C/3 SALARIO	16.946,60
DESPESAS OPERARIAS	19.940,40
DESPESAS C/SEGURV	731,60
DESPESAS C/SEGUROS	5.881,70
DESPESAS C/TELEFONE	3.574,20
IMPRESOS E MATERIAS DE ESCRITÓRIO	481,80
DESPESAS C/FOTIS	18.471,00
MATERIAL DE LIMPEZA E HIGIENE	2.403,10
DESP. C/FEDERACOES E ASSOCIACOES	1.202,20
DESPESAS C/INFORMATICA E INTERNET	341,90
CONTRIBUICAO SINDICAL	821,30
HONORARIOS CONTABEIS	8.204,40
DESPESAS C/CATACORNO	375,80
DESPESAS COMATERIAL DIDACTICO	4.081,00
DESPESAS C/ALUGUEL	2.398,00
DESPESAS C/ALIMENTOS	2.174,90
DESPESAS COMVEICULOS	2.258,70
DESPESAS DIVERSAS	871,70
RESCISAO DE CONTRATO	2.598,00
MULTA, JUROS E CORRECCAO MONETARIA	224,00
GRAT. - MULTA RESCISORIO DO FGTS	1.406,10
DESPESAS C/MATERIAL P/ CONSTRUCCAO	1.318,80
DESPESAS COMATERIAL FARTESANATO	2.824,00
SERVICIOS DIVERSOS	33.407,80
Total	328.942,10
Despesas Financeiras	3.476,60
DESPESAS BANCARIAS	3.476,60
Total	3.476,60
Subtotal Operacional	42.138,30
Outras Despesas	61.427,10
ISS COTA PATRIACIAL	61.427,10

PALMEIRA D OESTE, 31 de dezembro de 2017.

Presidente: **LUCCIANO ANGELO SPARAPANI** CPF: 119.828.938-42
 Contador: **LUIZ OSMAIR MOURA JUNIOR** CT CRC: 158/18897

ESCRITÓRIO ORIENTADOR DE CONTABILIDADE
 AVENIDA CARLOS GOMES 4075 - Palmeira D'Oeste - SP - 13720-000 - Fone: (17)3851-1132

PREFEITURA MUNICIPAL
 Palmeira D'Oeste - Estado de São Paulo
 Av. Dr. Francisco Felix Mendonça, 4955 Centro
 Fone/Fax (17) 3651-1212 - CEP 13720-000
 CNPJ 46.609.731/0001-30
 E-mail: pmpalmeira@ig.com.br

CONVOCAÇÃO PARA ATRIBUIÇÃO DE VAGAS

A Prefeitura Municipal de Palmeira d'Oeste Estado de São Paulo na pessoa do Sr. JOSE CESAR MONTANARI, Prefeito Municipal de Palmeira d'Oeste Estado de São Paulo, usando de suas atribuições legais:-

Convoca os candidatos aprovados no Concurso Público Municipal nº 022/018, destinado a contratação, conforme resultado publicado por Edital anteriormente, a comparecer no próximo dia 01 de fevereiro de 2018, às 7h00min no DEPARTAMENTO DE PESSOAL, situado à Avenida Dr. Francisco Felix Mendonça nº 49-55, com o fim específico de tomar posse do cargo pleiteado. O não comparecimento no dia e horário marcado implicará na desistência da vaga.

CARGO	CLASSIF.	NOME	MEDIA.
PROFESSOR PEB I	10º	SUZANI DIAS BOTELHO SENNA	62,50
MERENDEIRA	1º	GEISA KARINA CORREIA CESTARO	146,70
	2º	MARIA SUELI DOS SANTOS PEREIRA	142,70
ASSISTENTE SOCIAL	1º	LUCILENEGABALDI BERTOLASSI	62,00
AUXILIAR TESOUREARIA	1º	JEFFERSON DOS SANTOS SEREZINE	57,00
SERVENTE DE ESCOLA	2º	VALERIA BONGIOVANI TORRES DOS REIS	55,00

Palmeira d'Oeste - SP, 25 de janeiro de 2018.

Jose Cesar Montanari
 Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL
 Palmeira D'Oeste - Estado de São Paulo
 Av. Dr. Francisco Felix Mendonça, 4955 Centro
 Fone/Fax (17) 3651-1212 - CEP 13720-000
 CNPJ 46.609.731/0001-30
 E-mail: pmpalmeira@ig.com.br

CONVOCAÇÃO PARA ATRIBUIÇÃO DE VAGAS

A Prefeitura Municipal de Palmeira d'Oeste Estado de São Paulo na pessoa do Sr. JOSE CESAR MONTANARI, Prefeito Municipal de Palmeira d'Oeste Estado de São Paulo, usando de suas atribuições legais:-

Convoca os candidatos aprovados no Processo Seletivo Público Municipal nº 022/017, através relacionado, conforme resultado publicado por Edital anteriormente, a comparecer no próximo dia 01 de fevereiro de 2018, às 7h00min no DEPARTAMENTO DE PESSOAL, situado à Avenida Dr. Francisco Felix Mendonça nº 49-55, com o fim específico de tomar posse do cargo pleiteado. O não comparecimento no dia e horário marcado implicará na desistência da vaga.

CARGO	CLASSIF.	NOME	MEDIA.
PROFESSOR PEB I	1º	ROMANO SANCHES DE SIQUEIRA	75,00
	2º	ELIA MALHEIROS	65,00
	3º	LILIANE APARECIDA CARDOSO	65,00
	4º	VALDENILDE BALBINO DE ALMEIDA SARAVALLI	60,00
	5º	VANESSA CLEMENTE RODRIGUES MARIN	60,00
PROFESSOR PEB I - AEE	1º	CONCEIÇÃO MARIA DE CARLOS BARBOSA	50,00
PROFESSOR PEB II PORTUGUES INGLESES	1º	ALESSANDRA CARLA MASTELARI	65,00
FISIOTERAPEUTA NASF	1º	SCARLET LAURITA REIS	60,00
NUTRICIONISTA NASF	1º	JANAYNA DYENE PERES BASSETO	80,00
MEDICO VETERINARIO ZOOZOSES	1º	JOICE MARIZA DA CRUZ MARTINS	56,00
EDUCADOR PROFISSIONAL	1º	DEISE PEREIRA DOS SANTOS	56,00

Palmeira d'Oeste - SP, 25 de janeiro de 2018.

Jose Cesar Montanari
 Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO FRANCISCO

Termo de Homologação

O Prefeito Municipal Maurício Honório de Carvalho, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela legislação em vigor, especialmente pela Lei nº 13.019/2014 e alterações, a vista da Justificativa exarada pela Comissão de Seleção e Julgamento, nomeada pelo Portaria nº 1135, de 05 de janeiro de 2018, resolve:

01 - Homologar o Presente Processo Nestes Termos:

a) Processo Administrativo n. 01/2018;
 b) Modalidade: Inexigibilidade de Chamamento Público;
 c) Data da homologação: 29 de Janeiro De 2.018
 d) Objeto da inexigibilidade: celebração de Termo de Fomento entre o município de São Francisco/SP e a ASSOCIAÇÃO DE PAIS E AMIGOS DOS EXCEPCIONAIS DE JALES/SP - APAE, para o estabelecimento de ações de interesse público e recíproco em regime de mútua cooperação entre o Município de Princesa e a entidade, mediante transferência de recursos financeiros, com vistas ao provimento de toda a demanda municipal de vagas para atendimento em educação especial de alunos com deficiência intelectual e múltipla, compreendendo o fornecimento de material humano especializado, espaço físico apropriado, alimentação, lazer, educação, saúde, serviço pedagógico específico e oficinas, objetivando desde já a garantia da cidadania e dos direitos fundamentais dos munícipes portadores de necessidades especiais.

e) Entidade: ASSOCIAÇÃO DE PAIS E AMIGOS DOS EXCEPCIONAIS DE JALES/SP - APAE;
 f) Total de recursos financeiros: até R\$45.000,00 (quarenta e cinco mil reais)
 g) Período: janeiro a dezembro de 2018.

02 – Autorizar a elaboração do Termo de Fomento para a celebração da parceria.
 03 – Autorizar a emissão das notas de empenhos correspondentes, conforme previsão no orçamento anual de 2018, a seguinte dotação orçamentária:

12 Educação
 12 367 Educação Especial
 12 367 0015 Ensino 1ª a 8ª Serie
 12 367 0015 2063 0000 Repasses e Subvenções a APAE
 077 3.3.50.43.00 – Subvenções Sociais

Palmeira d'Oeste - SP, 29 de Janeiro De 2.018

Maurício Honório de Carvalho
 Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE PALMEIRA D'OESTE

EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº. 002/2018

MINUTA DE EDITAL DE PREGÃO (PRESENCIAL) QUE OBJETIVA A contratação de empresa especializada para fornecimento de combustível, sendo (30.000 litros de Etanol, 70.000 litros de Gasolina, 300.000 litros de Óleo Diesel e 130.000 litros de Óleo Diesel S10) para as viaturas da municipalidade, a serem abastecidos diretamente nas viaturas da Prefeitura Municipal e diariamente durante o exercício de 2018.

EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL nº 002/2018
 PROCESSO nº 003/2018
 DATA DA REALIZAÇÃO: 19/02/2018
 HORÁRIO: a partir das 09h30m
 LOCAL: Sala do Setor de Licitações - Paço Municipal

PALMEIRA D'OESTE-SP, 26 DE JANEIRO DE 2018.

PREFEITURA MUNICIPAL DE PALMEIRA D' OESTE
 JOSÉ CESAR MONTANARI
 PREFEITO MUNICIPAL

CAMAC
 CANÁRIO - MATERIAIS PARA CONSTRUÇÕES

FONE: (17) 3651-1423
FONE/FAX: 3651-1339

RUA BRASIL Nº 56-100-CENTRO-PALMEIRA D'OESTE-SP

Personal
 Lucas B. Freitas
 CREF: 089734-G/SP

Tel: (17)99613-7663
 (17)99232-6932

Academia BOA FORMA

Palmeira d'Oeste/SP.

Defesa de Lula pode habeas corpus no STJ para evitar prisão

Fonte: globo.com
A defesa do ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva entrou com pedido de habeas corpus no Superior Tribunal de Justiça (STJ) para que ele não seja preso mesmo após a análise do recurso no Tribunal Regional Federal da 4ª Região (TRF-4), que, na semana passada, confirmou a condenção do petista por corrupção passiva e lavagem de dinheiro. A orientação do Supremo Tribunal Federal (STF) é de que as penas comecem a ser cumpridas após a condenação por um tribunal de segunda instância.



Além de confirmar a condenação de Lula, o TRF-4 aumentou a pena do ex-presidente para 12 anos e 1 mês de prisão. O petista tem direito a recurso nesse tribunal, mas apenas para esclarecer pontos da sentença. Segundo os desembargadores do TRF-4, ele pode ser preso logo após a análise desse instrumento. No pedido de habeas corpus apresentado nesta terça-feira, porém, os advogados de Lula defendem que ele só po-

deria ser preso após esgotadas as possibilidades de recurso em instâncias superiores (STJ e STF).

No habeas corpus, os advogados alegam que o cumprimento antecipado da pena é incompatível com o artigo 5º da Constituição Federal, segundo o qual “ninguém será considerado culpado até o trânsito em julgado de sentença penal condenatória”. Além disso, a

defesa afirma que o STF deve analisar novamente o tema em breve.

Os representantes legais de Lula também alegam que uma eventual prisão irá influenciar nas eleições presidenciais, já que o petista anunciou sua pré-candidatura e está liderando as pesquisas de intenção de voto. O documento é assinado pelos advogados Cristiano Zanin Martins e Valeska Teixeira

Martins.

“A privação de sua liberdade no período de campanha (ou pré-campanha) eleitoral, consideradas as credenciais acima referidas, configurar-se-ia em um prejuízo irreversível ao exercício da democracia no país – que pressupõe o debate de ideias muitas vezes antagônicas entre si. Garantir liberdade de trânsito e voz a alguém que representa tantos brasileiros,

especialmente neste período de conflagração sócio-política que se atravessa”, diz o texto.

VICE-PRESIDENTE DO STJ JULGARÁ PEDIDO

O habeas corpus será julgado pelo vice-presidente do STJ, ministro Humberto Martins, que está responsável pelas decisões urgentes durante o recesso do Judiciário. A partir de quinta-feira, o tribunal volta a funcionar normalmente e deve ser encaminhado ao ministro Felix Fischer, que é o relator da Lava-Jato no STJ, se Martins não tomar uma decisão liminar até lá. Caso o ministro já tenha tomado uma decisão, Felix Fischer poderá revê-la.

No habeas corpus, a defesa também lembra que, segundo a Convenção Americana de Direitos Humanos, “toda pessoa acusada de delito tem direito a que se presuma sua inocência enquanto não se comprove legalmente sua culpa”. E que, durante o processo, o réu tem “direito de recorrer da sentença para juiz ou tribunal superior”.

Outro argumento é que a condenação de Lula “ocorreu despida de fundamentação idônea”. O crime de lavagem de dinheiro, por exemplo, foi determinado sem que “houvesse a demonstração do rastro financeiro (...) entre a suposta vantagem indevida oriunda dos contratos da Petrobras citados na denúncia e os valores alegadamente utilizados na aquisição e nas reformas ocorridas no apartamento”.

Os advogados ainda listaram seis motivos para alegar que o cumprimento antecipado da pena é desnecessário. De acordo com eles, Lula:

- 1) Respondeu à ação penal em “liberdade, colaborando com a administração da Justiça e comparando em Juízo sempre que demandado”
- 2) Tem bons antecedentes criminais
- 3) Responde por crimes não violentos
- 4) Tem 72 anos de idade
- 5) Foi presidente duas vezes
- 6) É pré-candidato à presidência

PREFEITURA MUNICIPAL DE PALMEIRA D OESTE RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA BALANÇO ORÇAMENTÁRIO ORÇAMENTOS FISCAIS E DA SEGURIDADE SOCIAL

PERÍODO: Janeiro a Dezembro 2017/BIMESTRE Novembro - Dezembro

RECEITAS	PREVISÃO		RECEITAS REALIZADAS				SALDO A REALIZAR
	INICIAL	ATUALIZADA	BIMESTRE	%	JAN A DEZ	%	
RECEITAS	26.058.000,00	26.058.000,00	3.895.819,07	14,95	23.267.408,24	89,29	2.790.591,76
RECEITAS EXECUTIVAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (I)	26.058.000,00	26.058.000,00	3.895.819,07	14,95	23.267.408,24	89,29	2.790.591,76
RECEITAS CORRENTES	25.026.000,00	25.026.000,00	3.819.934,28	15,26	21.678.187,70	86,62	3.347.812,30
RECEITA TRIBUTÁRIA	2.588.776,00	2.588.776,00	429.746,41	16,60	2.741.155,43	105,89	-152.379,43
Impostos	1.980.000,00	1.980.000,00	382.817,26	19,33	2.143.809,99	108,27	-163.809,99
Taxas	598.776,00	598.776,00	46.929,15	7,84	597.345,44	99,76	-1.430,56
Contribuição de Melhoria	10.000,00	10.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	10.000,00
RECEITA DE CONTRIBUIÇÕES	825.000,00	825.000,00	164.737,65	19,97	754.603,75	91,47	70.396,25
Contribuições Sociais	825.000,00	825.000,00	164.737,65	19,97	754.603,75	91,47	70.396,25
Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Contribuição para o Custeio do Serviço de Iluminação Pública	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITA PATRIMONIAL	1.008.224,00	1.008.224,00	17.215,20	1,71	138.018,94	13,69	870.205,06
Recetas Imobiliárias	178.000,00	178.000,00	0,00	0,00	34.356,10	19,30	143.643,90
Recetas de Valores Mobiliários	829.224,00	829.224,00	15.592,22	1,88	103.662,84	12,50	725.561,16
Recetas de Concessões e Permissões	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Compensação Financeiras	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Receta Decorrente do Direito de Exploração de Bens Públicos em Áreas de Dom	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Receta da Cessão de Direitos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Recetas Patrimoniais	1.000,00	1.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1.000,00
RECEITA AGROPECUÁRIA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Receta da Produção Vegetal	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Receta da Produção Animal e Derivados	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Recetas Agropecuárias	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITA INDUSTRIAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Receta da Indústria Extrativa Mineral	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Receta da Indústria de Transformação	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Receta da Indústria de Construção	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Recetas da Indústria	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITA DE SERVIÇOS	215.000,00	215.000,00	27.786,15	12,92	110.725,47	51,50	104.274,53
Receta de Serviços	215.000,00	215.000,00	27.786,15	12,92	110.725,47	51,50	104.274,53
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	20.025.000,00	20.025.000,00	3.118.676,32	15,57	17.602.362,62	87,90	2.422.637,38
Transferências Intergovernamentais	20.012.000,00	20.012.000,00	3.118.676,32	15,58	17.602.362,62	87,96	2.409.637,38
Transferências de Instituições Privadas	1.000,00	1.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1.000,00
Transferências do Exterior	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências de Pessoas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências de Convênios	12.000,00	12.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	12.000,00
Transferências para o Combate à Fome	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	364.000,00	364.000,00	61.772,55	16,97	331.321,49	91,02	32.678,51
Multas e Juros de Mora	46.000,00	46.000,00	84.991,53	184,76	-38.991,53	-84,76	-38.991,53
Indenizações e Restituições	177.000,00	177.000,00	443,25	0,25	60.836,33	34,40	116.113,67
Receta da Dívida Ativa	96.000,00	96.000,00	44.581,62	46,44	176.565,58	183,92	-80.565,58
Recetas Decorrentes de Aportes Periódicos para Amortização de Déficit Atuar	45.000,00	45.000,00	0,00	0,00	8.878,05	19,73	36.121,95
Recetas Correntes Diversas	1.032.000,00	1.032.000,00	75.884,79	7,35	1.589.229,54	153,99	-557.229,54
OPERAÇÕES DE CRÉDITO	1.000,00	1.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1.000,00
Operações de Crédito Internas	1.000,00	1.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1.000,00
Operações de Crédito Externas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
ALIEIÇÃO DE BENS	931.000,00	931.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	931.000,00
Alienação de Bens Móveis	231.000,00	231.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	231.000,00
Alienação de Bens Imóveis	700.000,00	700.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	700.000,00
AMORTIZAÇÃO DE EMPRÉSTIMOS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL	20.000,00	20.000,00	20.399,92	102,00	1.409.459,127	104,73	-1.389.459,12
Transferências Intergovernamentais	0,00	0,00	0,00	0,00	199.992,00	0,00	-199.992,00
Transferências de Instituições Privadas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências do Exterior	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências de Pessoas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências de Outras Instit. Públicas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências de Convênios	20.000,00	20.000,00	20.399,92	102,00	1.209.467,126	104,73	-1.189.467,12
Transferência para o Combate à Fome	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

FONTE: SCPJ - Contabilidade [8.21.16.2299], PREFEITURA MUNICIPAL DE PALMEIRA D OESTE Portaria Nº 403 de 2016

Nota Explicativa

PREFEITURA MUNICIPAL DE PALMEIRA D OESTE RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA BALANÇO ORÇAMENTÁRIO ORÇAMENTOS FISCAIS E DA SEGURIDADE SOCIAL

PERÍODO: Janeiro a Dezembro 2017/BIMESTRE Novembro - Dezembro

RECEITAS	PREVISÃO		RECEITAS REALIZADAS				SALDO A REALIZAR
	INICIAL	ATUALIZADA	BIMESTRE	%	JAN A DEZ	%	
RECEITAS	80.000,00	80.000,00	55.484,87	69,36	179.761,42	224,70	-99.761,42
OUTRAS RECEITAS DE CAPITAL	80.000,00	80.000,00	55.484,87	69,36	179.761,42	224,70	-99.761,42
Integração de Capital Social	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Div. Av. Prov. de Amoriz. de Emp. e Financ.	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Receta Auferida por Detentores de Títulos do Tesouro Nacional Resgatados	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Recetas de Alienação de Certificados de Potencial Adicional de Construção-C	80.000,00	80.000,00	55.484,87	69,36	179.761,42	224,70	-99.761,42
RECEITAS INTRA-ORÇAMENTÁRIAS (II)	1.477.000,00	1.477.000,00	326.190,30	22,08	1.477.022,12	100,00	-22,12
Receta de Contribuições	1.477.000,00	1.477.000,00	326.190,30	22,08	1.477.022,12	100,00	-22,12
Receta Patrimonial	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Receta de Serviços	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Recetas Correntes	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SUBTOTAL DAS RECEITAS (III)=(I+II)	27.535.000,00	27.535.000,00	4.222.009,37	15,33	24.744.430,36	89,87	2.790.569,64
OPERAÇÕES DE CRÉDITO - REFINANCIAMENTO (IV)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Operações de Crédito Internas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Contratual	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Operações de Crédito Externas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Contratual	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO (V)=(III+IV)	27.535.000,00	27.535.000,00	4.222.009,37	15,33	24.744.430,36	89,87	2.790.569,64
DEFICIT (VI)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL (VII) = (V-VI)	27.535.000,00	27.535.000,00	4.222.009,37	15,33	24.744.430,36	89,87	2.790.569,64
SALDOS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Recursos Arrecadados em Exercícios Anteriores - RPPS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Superávit Financeiro	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Reabertura de Créditos Adicionais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

PREFEITURA MUNICIPAL DE PALMEIRA D OESTE RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA BALANÇO ORÇAMENTÁRIO ORÇAMENTOS FISCAIS E DA SEGURIDADE SOCIAL PERÍODO: Janeiro a Dezembro 2017/BIMESTRE Novembro - Dezembro

DESPESAS	DOTAÇÃO INICIAL		DOTAÇÃO ATUALIZADA		DESPESAS EMPENHADAS		SALDO (c)-(a-b)	DESPESAS LIQUIDADAS		SALDO (e)-(d)	RESERVA EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (f)
	(a)	(b)	(a)	(b)	BIMESTRE	ATE BIMESTRE		BIMESTRE	ATE BIMESTRE		
DESPESAS EXECUTIVAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (VIII)	21.961.000,00	27.388.000,00	2.677.237,47	22.540.020,93	1.079.221,10	15.750.809,83	1.608.778,90	21.270.041,03	5.117.958,97	12.152.082,06	0,00
DESPESAS CORRENTES	21.961.000,00	27.388.000,00	2.677.237,47	22.540.020,93	1.079.221,10	15.750.809,83	1.608.778,90	21.270.041,03	5.117.958,97	12.152.082,06	0,00
PERSONAL E ENCARGOS SOCIAIS	13.719.000,00	13.719.000,00	2.255.707,45	12.							

PREFEITURA MUNICIPAL DE PALMEIRA D OESTE
DEMONSTRATIVO DOS RESTOS A PAGAR POR PODER E ORÇÃO
ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
PERÍODO: Janeiro a Dezembro 2017/BIMESTRE Novembro - Dezembro

RREO - Anexo 7 (LRF, art. 53, inciso V)

PODER / ORÇÃO	RESTOS A PAGAR PROCESSADOS E NÃO PROCESSADOS LIQUIDADOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES					RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS					Saldo Total
	Inscritos		Cancelados	Saldo	Exercícios Anteriores	Inscritos		Cancelados	Saldo	Exercícios Anteriores	
	Exercícios Anteriores	Em 31 de Dezembro 2016				Exercícios Anteriores	Em 31 de Dezembro 2016				
RESTOS A PAGAR (EXCETO INTRAORÇAMENTÁRIOS)	15.754,22	1.210.442,75	1.258.358,39	0,00	838,58	734.416,06	1.312.971,73	1.277.682,22	-1.703,44	768.002,13	768.840,71
02 - PREFEITURA MUNICIPAL (exceto Intra-Orç.)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
0201 - CHEFEIA DE EXECUTIVO	0,00	29.508,59	29.508,59	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
0202 - ADMINISTRAÇÃO	0,00	62.762,13	62.762,13	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
0203 - FINANÇAS	0,00	15.488,90	15.488,90	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
0204 - AGRICULTURA E ABASTECIMENTO	0,00	194.589,26	194.589,26	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
0205 - EDUCAÇÃO	0,00	251.011,35	251.011,35	0,00	838,58	531.718,71	978.818,77	247.712,83	247.712,83	0,00	371.817,47
0206 - CULTURA	0,00	10.111,77	10.111,77	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
0207 - EDUCAÇÃO FÍSICA E DESPORTOS	0,00	27.594,40	27.594,40	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
0208 - SAÚDE	12.838,61	271.341,00	284.181,61	0,00	0,00	252.213,81	252.213,81	252.213,81	-1.703,44	396.184,66	396.184,66
0209 - SERVIÇOS URBANOS	0,00	190.500,84	190.500,84	0,00	0,00	112.819,00	961.921,15	676.852,05	-1.703,44	396.184,66	396.184,66
0210 - ASSISTÊNCIA	0,00	33.855,82	33.855,82	0,00	0,00	99.888,33	0,00	99.888,33	99.888,33	0,00	0,00
0211 - SAÚDE	2.915,59	123.924,69	126.840,28	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
0212 - SAÚDE	0,00	60.697,25	60.697,25	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
0213 - SAÚDE	0,00	60.697,25	60.697,25	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
02 - PREFEITURA MUNICIPAL (Outra Orgão) (II)	0,00	60.697,25	60.697,25	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL (III) = (I)+(II)	15.754,22	1.271.140,00	1.286.056,64	0,00	838,58	734.416,06	1.312.971,73	1.277.682,22	-1.703,44	768.002,13	768.840,71

PREFEITURA MUNICIPAL DE PALMEIRA D OESTE
ANEXO VIII
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO - MDE - MUNICÍPIOS
ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
PERÍODO: Janeiro a Dezembro 2017 / BIMESTRE Novembro - Dezembro page 1 of 5

RREO - Anexo 8 (LDB, art. 72)

RECEITA RESULTANTE DE IMPOSTOS (caput do art. 212 da Constituição)	PREVISÃO		PREVISÃO		RECEITAS REALIZADAS	
	INICIAL	ATUALIZADA (a)	Até o Bimestre (b)	% (b/a)x100	Até o Bimestre (b)	% (b/a)x100 (c)
1. RECEITAS DE IMPOSTOS	2.068.000,00	2.068.000,00	2.068.000,00	100,00	2.267.906,51	109,67
1.1 - Receita Resultante do Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana - IPTU	0,00	0,00	0,00	0,00	94.400,56	92,29
1.1.1 - IPTU	0,00	0,00	0,00	0,00	94.400,56	92,29
1.1.2 - Multas, Juros de Mora, Dívida Ativa e Outros Encargos do IPTU	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
1.2 - Recotas Resultante do Imposto sobre Transmissão Inter Vivos - ITR	0,00	0,00	0,00	0,00	499.093,95	84,66
1.2.1 - ITR	0,00	0,00	0,00	0,00	499.093,95	84,66
1.2.2 - Multas, Juros de Mora, Dívida Ativa e Outros Encargos do ITR	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
1.3 - Recotas Resultante do Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza - ISS	650.000,00	650.000,00	650.000,00	100,00	52.000,00	15,23
1.3.1 - ISS	650.000,00	650.000,00	650.000,00	100,00	52.000,00	15,23
1.3.2 - Multas, Juros de Mora, Dívida Ativa e Outros Encargos do ISS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
1.4 - Receita Resultante do Imposto de Renda Retido no Fonte - IRRF	150.000,00	150.000,00	150.000,00	100,00	170.872,59	113,92
1.4.1 - Receita Resultante do Imposto Territorial Rural - ITR (CF, art. 153, §4º, inciso III)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
1.5 - ITR	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
1.5.1 - ITR	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
1.5.2 - Multas, Juros de Mora, Dívida Ativa e Outros Encargos do ITR	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
2. RECEITAS DE TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS E LEGAIS	16.530.000,00	16.530.000,00	15.549.248,64	94,07	17.817.155,15	95,80
2.1 - Cota-Parte FPM	8.600.000,00	8.600.000,00	7.820.193,02	90,93	8.000.000,00	93,14
2.1.1 - Parcela referente à CF, art. 159, I alínea b	8.000.000,00	8.000.000,00	7.171.244,68	89,64	7.171.244,68	89,64
2.1.2 - Parcela referente à CF, art. 159, I alínea d	300.000,00	300.000,00	319.441,68	106,48	319.441,68	106,48
2.1.3 - Parcela referente à CF, art. 159, I alínea e	300.000,00	300.000,00	329.506,66	109,84	329.506,66	109,84
2.2 - Cota-Parte ICMS	6.500.000,00	6.500.000,00	6.327.028,44	97,34	6.327.028,44	97,34
2.3 - ICMS-Desoneração - L.C. nº97/1996	40.000,00	40.000,00	29.499,24	73,75	29.499,24	73,75
2.4 - Cota-Parte IP-Estado	30.000,00	30.000,00	46.786,08	155,95	46.786,08	155,95
2.5 - Cota-Parte ITR	30.000,00	30.000,00	121.275,22	404,25	121.275,22	404,25
2.6 - Cota-Parte IPVA	1.300.000,00	1.300.000,00	1.204.466,64	92,65	1.204.466,64	92,65
2.7 - Cota-Parte IR-Fam	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
3. TOTAL DA RECEITA DE IMPOSTOS (+2)	18.598.000,00	18.598.000,00	17.817.155,15	95,80	17.817.155,15	95,80

PREFEITURA MUNICIPAL DE PALMEIRA D OESTE
ANEXO VIII
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO - MDE - MUNICÍPIOS
ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
PERÍODO: Janeiro a Dezembro 2017 / BIMESTRE Novembro - Dezembro page 2 of 5

RREO - Anexo 8 (LDB, art. 72)

RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO	PREVISÃO		PREVISÃO		RECEITAS REALIZADAS	
	INICIAL	ATUALIZADA (a)	Até o Bimestre (b)	% (b/a)x100	Até o Bimestre (b)	% (b/a)x100 (c)
4. RECEITA DA APLICAÇÃO FINANCEIRA DE OUTROS RECURSOS DE IMPOSTOS VINCULADOS AO ENSINO	35.000,00	35.000,00	3.889,85	11,11	3.889,85	11,11
5. RECEITA DE TRANSFERÊNCIA DO FNDE	638.000,00	638.000,00	438.938,32	68,95	438.938,32	68,95
5.1 - Transferência de Salário-Educação	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
5.2 - Transferências Diretas - POFD	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
5.3 - Transferências Diretas - PNAE	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
5.4 - Transferências Diretas - PNATE	38.000,00	38.000,00	28.930,50	76,13	28.930,50	76,13
5.5 - Outras Transferências do FNDE	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
5.6 - Aplicação Financeira dos Recursos do FNDE	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
6. RECEITA DE TRANSFERÊNCIAS DE CONVÊNIO	0,00	0,00	279.827,08	0,00	279.827,08	0,00
6.1 - Transferências de Convênios	0,00	0,00	279.827,08	0,00	279.827,08	0,00
6.2 - Aplicação Financeira dos Recursos do Convênio	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
7. RECEITA DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO	1.000,00	1.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00
8. OUTRAS RECEITAS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
9. TOTAL DAS OUTRAS RECEITAS ADICIONAIS DO ENSINO (+5+6+7+8)	674.000,00	674.000,00	722.655,45	107,22	722.655,45	107,22

PREFEITURA MUNICIPAL DE PALMEIRA D OESTE
ANEXO VIII
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO - MDE - MUNICÍPIOS
ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
PERÍODO: Janeiro a Dezembro 2017 / BIMESTRE Novembro - Dezembro page 3 of 5

RREO - Anexo 8 (LDB, art. 72)

RECEITAS DO FUNDEB	PREVISÃO		PREVISÃO		RECEITAS REALIZADAS	
	INICIAL	ATUALIZADA (a)	Até o Bimestre (b)	% (b/a)x100	Até o Bimestre (b)	% (b/a)x100 (c)
10. RECEITAS DESTINADAS AO FUNDEB	3.186.000,00	3.186.000,00	2.981.281,24	93,59	2.981.281,24	93,59
10.1 - Cota-Parte FPM Destinada ao FUNDEB - (20% de 2.1)	1.400.000,00	1.400.000,00	1.434.248,65	102,44	1.434.248,65	102,44
10.2 - Cota-Parte ICMS Destinada ao FUNDEB - (20% de 2.2)	1.300.000,00	1.300.000,00	1.265.405,49	97,34	1.265.405,49	97,34
10.3 - ICMS - Desoneração Destinada ao FUNDEB - (20% de 2.3)	8.000,00	8.000,00	5.899,80	73,75	5.899,80	73,75
10.4 - Cota-Parte IP-Estado Destinada ao FUNDEB - (20% de 2.4)	12.000,00	12.000,00	9.357,23	77,98	9.357,23	77,98
10.5 - Cota-Parte ITR Destinada ao FUNDEB - (20% de (1.5 + 2.5))	6.000,00	6.000,00	24.214,73	403,58	24.214,73	403,58
10.6 - Cota-Parte IPVA Destinada ao FUNDEB - (20% de 2.6)	3.120.000,00	3.120.000,00	2.428.524,76	77,85	2.428.524,76	77,85
11. RECEITAS RECEBIDAS DO FUNDEB	3.100.000,00	3.100.000,00	2.421.990,32	78,13	2.421.990,32	78,13
11.1 - Transferências de Recursos do FUNDEB	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
11.2 - Complementação da União ao FUNDEB	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
11.3 - Receita de Aplicação Financeira dos Recursos do FUNDEB	26.000,00	26.000,00	6.534,44	25,13	6.534,44	25,13
12. RESULTADO LÍQUIDO DAS TRANSFERÊNCIAS DO FUNDEB (11.1 - 10)	-86.000,00	-86.000,00	-559.991,23	-65,11	-559.991,23	-65,11

PREFEITURA MUNICIPAL DE PALMEIRA D OESTE
ANEXO VIII
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DAS DESPESAS PRÓPRIAS COM SAÚDE
ORÇAMENTOS FISCALIS E DA SEGURIDADE SOCIAL
Referência: Novembro - Dezembro/2017

RREO - Anexo 8 (LDB, art. 72)

DESPESAS DO FUNDEB	DOTAÇÃO		DOTAÇÃO		DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS		INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR PROCESSADOS	
	INICIAL	ATUALIZADA (a)	Até o Bimestre (b)	% (b/a)x100	Até o Bimestre (b)	% (b/a)x100 (c)	Até o Bimestre (b)	% (b/a)x100 (d)	Até o Bimestre (b)	% (b/a)x100 (e)
13. PAGAMENTO DOS PROFISSIONAIS DO MAGISTÉRIO	2.348.000,00	2.359.400,00	2.214.613,01	94,06	2.214.613,01	94,06	2.214.613,01	94,06	2.214.613,01	94,06
13.1 - Com Educação Infantil	1.920.000,00	1.920.000,00	1.870.261,28	97,40	1.870.261,28	97,40	1.870.261,28	97,40	1.870.261,28	97,40
13.2 - Com Ensino Fundamental	1.278.000,00	1.289.000,00	1.151.351,03	89,32	1.151.351,03	89,32	1.151.351,03	89,32	1.151.351,03	89,32
14. OUTRAS DESPESAS	780.000,00	149.000,00	286.470,88	36,73	286.470,88	36,73	286.470,88	36,73	286.470,88	36,73
14.1 - Com Educação Infantil	163.000,00	123.000,00	79.191,17	48,58	79.191,17	48,58	79.191,17	48,58	79.191,17	48,58
14.2 - Com Ensino Fundamental	617.000,00	126.000,00	157.679,61	25,55	157.679,61	25,55	157.679,61	25,55	157.679,61	25,55
15. TOTAL DAS DESPESAS DO FUNDEB (13+14)	3.128.000,00	2.808.000,00	2.361.483,99	75,50	2.361.483,99	75,50	2.361.483,99	75,50	2.361.483,99	75,50

PREFEITURA MUNICIPAL DE PALMEIRA D OESTE
ANEXO VIII
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO - MDE - MUNICÍPIOS
ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
PERÍODO: Janeiro a Dezembro 2017 / BIMESTRE Novembro - Dezembro page 4 of 5

RREO - Anexo 8 (LDB, art. 72)

DEDUÇÕES PARA FINS DE LIMITE DO FUNDEB		Valor	
16. RESTOS A PAGAR INSCRITOS NO EXERCÍCIO SEM RESPONSABILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS DO FUNDEB	0,00	0,00	0,00
16.1 - FUNDEB 60%	0,00	0,00	0,00
16.2 - FUNDEB 40%</			

PREFEITURA MUNICIPAL DE PALMEIRA D OESTE
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DA RECEITA DE IMPOSTOS E DAS DESPESAS PRÓPRIAS COM SAÚDE
ORÇAMENTOS FISCAIS E DA SEGURIDADE SOCIAL
 Referência: Novembro - Dezembro/2017

DESPESAS COM SAÚDE NÃO COMPUTADAS PARA FINS DE APURAÇÃO DO PERCENTUAL MÍNIMO	DOTAÇÃO		DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS		INSCRITOS EM RESTOS A PAGAR NÃO
	INICIAL	ATUALIZADA	Jan a Dez 2017		Jan a Dez 2017		
			(b)	(b/(IVf) x 100)	(i)	(i/(IVg) x 100)	
DESPESAS COM INATIVOS E PENSIONISTAS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESA COM ASSISTÊNCIA À SAÚDE QUE NÃO ATENDE AO PRINCÍPIO DE ACESSO UNIVERSAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESAS CUSTEADAS COM OUTROS RECURSOS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Recursos de Transferência do Sistema Único de Saúde - SUS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Recursos de Operações de Crédito	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros Recursos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
OUTRAS AÇÕES E SERVIÇOS NÃO COMPUTADOS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS INSCRITOS INDEVIDAMENTE NO EXERCÍCIO SEM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESAS CUSTEADAS COM DISPONIBILIDADE DE CAIXA VINCULADA AOS RESTOS A PAGAR CANCELADOS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESAS CUSTEADAS COM RECURSOS VINCULADOS À PARCELA DO PERCENTUAL MÍNIMO QUE NÃO FOI APLICADA EM AÇÕES E SERVIÇOS DE SAÚDE EM EXERCÍCIOS ANTERIORES	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL DAS DESPESAS COM SAÚDE NÃO COMPUTADAS (V)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE (VI) = (IV-V)	6.271.000,00	6.805.000,00	6.154.941,68	100,00	5.715.970,93	100,00	438.970,75

PERCENTUAL DE APLICAÇÃO EM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE SOBRE A RECEITA DE IMPOSTOS LÍQUIDA E TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS E LEGAIS (VI)% = (VIb / IIIb x 100) - LIMITE CONSTITUCIONAL 15%	35,85
VALOR REFERENTE À DIFERENÇA ENTRE O VALOR EXECUTADO E O LIMITE MÍNIMO CONSTITUCIONAL [VIb - (15 x IIIb)/100]	3.579.710,66

EXECUÇÃO DOS RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS INSCRITOS COM DISPONIBILIDADE DE CAIXA	INSCRITOS	CANCELADOS/ PRESCRITOS	PAGOS	A PAGAR	PARCELA
					CONSIDERADA NO LIMITE
Inscritos em 2016	253.231,81	0,00	253.231,81	0,00	0,00
Total	253.231,81	0,00	253.231,81	0,00	0,00

CONTROLE DAS DESPESAS CUSTEADAS COM DISPONIBILIDADE DE CAIXA VINCULADA AOS RESTOS A PAGAR CANCELADOS OU PRESCRITOS CONSIDERADOS PARA FINS DE CUMPRIMENTO DO LIMITE ARTIGO 24, § 1º e 2º	Despesas custeadas no exercício de referência (j)			Saldo Final (Não Aplicado)
	Saldo Inicial			
Restos a Pagar Cancelados ou Prescritos em ...	0,00	0,00	0,00	0,00
Total (VIII)	0,00	0,00	0,00	0,00

CONTROLE DAS DESPESAS CUSTEADAS COM RECURSOS VINCULADOS À PARCELA DO PERCENTUAL MÍNIMO NÃO APLICADA EM AÇÕES E SERVIÇOS DE SAÚDE EM EXERCÍCIOS ANTERIORES - ARTIGOS 25 E 26	Despesas custeadas no exercício de referência (k)			Saldo Final (Não Aplicado)
	Saldo Inicial			
Diferença de limites não cumprido em ...	0,00	0,00	0,00	0,00
Total (IX)	0,00	0,00	0,00	0,00

FONTE: SCD - Contabilidade [8.21.16.2299] - PREFEITURA MUNICIPAL DE PALMEIRA D OESTE - Portaria Nº 403 de 2016

PREFEITURA MUNICIPAL DE PALMEIRA D OESTE
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO SIMPLIFICADO DO RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
 PERÍODO: Janeiro a Dezembro 2017/BIMESTRE Novembro - Dezembro

1 of 2

LRF, Art. 48 - Anexo 14

RS 1

BALANÇO ORÇAMENTÁRIO - RECEITAS	Até o Bimestre
RECEITAS	
Previsão Inicial da Receita	27.535.000,00
Previsão Atualizada da Receita	27.535.000,00
Receitas Realizadas	24.744.430,36
Deficit Orçamentário	0,00
Saldos de Exercícios Anteriores(Utilizados para Créditos Adicionais)	0,00

BALANÇO ORÇAMENTÁRIO - DESPESAS	Até o Bimestre
DESPESAS	
Dotação Inicial	27.425.000,00
Créditos Adicionais	1.572.693,04
Dotação Atualizada	28.997.693,04
Despesas Empenhadas	23.935.152,02
Despesas Liquidadas	22.714.145,12
Despesas Pagas	22.665.184,30
Superavit Orçamentário	2.030.285,24

DESPESAS POR FUNÇÃO / SUBFUNÇÃO	Até o Bimestre
Despesas Empenhadas	23.935.152,02
Despesas Liquidadas	22.714.145,12

RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL	Até o Bimestre
Receita Corrente Líquida	20.914.243,39

RECITAS/DESPESAS DOS REGIMES DE PREVIDÊNCIA	Até o Bimestre
Regime Geral de Previdência Social	-
Receitas Previdenciárias Realizadas (I)	0,00
Despesas Previdenciárias Liquidadas (II)	0,00
Resultado Previdenciário (III)=(I-II)	0,00
Regime Próprio de Previdência dos Servidores	2.241.000,49
Receitas Previdenciárias Realizadas (IV)	3.202.701,16
Despesas Previdenciárias Liquidadas (V)	-961.700,67
Resultado Previdenciário (VI)=(IV-V)	-

RESULTADO NOMINAL E PRIMÁRIO	Meta Fixada no Anexo de Metas Fiscais da LDO		% em Relação
	Resultado Anulado até o Bimestre	Resultado Aplicado até o Bimestre	
Resultado Nominal	0,00	-649.351,64	0,00
Resultado Primário	0,00	2.107.142,53	0,00

PREFEITURA MUNICIPAL DE PALMEIRA D OESTE
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO SIMPLIFICADO DO RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
 PERÍODO: Janeiro a Dezembro 2017/BIMESTRE Novembro - Dezembro

2 of 2

LRF, Art. 48 - Anexo 14

RS 1

MOVIMENTAÇÃO DOS RESTOS A PAGAR	Inscrição	Cancelamento Até o Bimestre	Pagamento Até o Bimestre	Saldo a Pagar
RESTOS A PAGAR PROCESSADOS	1.286.894,22	0,00	1.286.895,64	838,58
Poder Executivo	1.286.894,22	0,00	1.286.055,64	838,58
Poder Legislativo	0,00	0,00	0,00	0,00
Poder Judiciário	0,00	0,00	0,00	0,00
Ministério Público	0,00	0,00	0,00	0,00
RESTOS A PAGAR NÃO-PROCESSADOS	2.047.387,79	-1.703,44	1.277.682,22	768.002,13
Poder Executivo	2.047.387,79	-1.703,44	1.277.682,22	768.002,13
Poder Legislativo	0,00	0,00	0,00	0,00
Poder Judiciário	0,00	0,00	0,00	0,00
Ministério Público	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL	3.334.282,01	-1.703,44	2.563.737,86	768.840,71

DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO - MDE	Limites Constitucionais Anuais	
	até o Bimestre	% Mínimo a Aplicar no % Aplicado até o Bimestre
Mínimo Anual de 25% das Receitas de Impostos em MDE	4.803.566,12	25,00
Mínimo Anual de 60% do FUNDEB- Remuneração do Magistério com Educação Infantil e Fundamental	2.424.613,01	60,00

RECITAS DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO E DESPESAS DE CAPITAL	Valor Apurado até o Bimestre	Saldo Não Realizado
Receita de Operação de Crédito	0,00	1.000,00
Despesa de Capital Líquida	440.282,87	660.440,91

PROJEÇÃO ATUARIAL DOS REGIMES DE PREVIDÊNCIA	Exercício em Referência	10º Exercício	20º Exercício	35º Exercício
Regime Próprio de Previdência dos Servidores				
Receitas Previdenciárias (IV)	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas Previdenciárias (V)	0,00	0,00	0,00	0,00
Resultado Previdenciário (VI)=(IV-V)	0,00	0,00	0,00	0,00

RECEITA DA ALIENAÇÃO DE ATIVOS E APLICAÇÃO DOS RECURSOS	Valor apurado até o Bimestre	Saldo Não Realizado
Receita de Capital Resultante da Alienação de Ativos	0,00	0,00
Aplicação dos Recursos de Alienação de Ativos	0,00	0,00

DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE	Limites Constitucionais Anuais	
	Valor Apurado até o Bimestre	% Mínimo a Aplicar no % Aplicado até o Bimestre
Despesas com Ações e Serviços Públicos de Saúde executadas com recursos de impostos	6.154.941,68	15,00
	15,00	35,85

DESPESAS DE CARÁTER CONTINUADO DERIVADAS DE PPP	Valor Apurado no Exercício Corrente
Total das Despesas / RCL(%)	0,00

FONTE: SCD - Contabilidade [8.21.16.2299] - PREFEITURA MUNICIPAL DE PALMEIRA D OESTE - Portaria Nº 403 de 2016

PREFEITURA MUNICIPAL DE PALMEIRA D OESTE
ANEXO VIII
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO - MDE - MUNICÍPIOS
ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
 PERÍODO: Janeiro a Dezembro 2017 / BIMESTRE Novembro - DezembroPage 1 of 5

RREO - Anexo 8 (LDB, Art. 72)

RS 1

RECEITAS DO ENSINO	PREVISÃO		PREVISÃO		RECEITAS REALIZADAS	
	INICIAL	ATUALIZADA (a)	Até o Bimestre (b)	%	Até o Bimestre (c)	(%=(b/a)x100/%)
1. RECEITAS DE IMPOSTOS	2.068.000,00	2.068.000,00	2.267.906,51	109,67	2.267.906,51	109,67
1.1 - Receita Resultante do Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana - IPTU	642.000,00	642.000,00	594.800,56	92,59	594.800,56	92,59
1.1.1 - IPTU	590.000,00	590.000,00	499.893,35	84,66	499.893,35	84,66
1.1.2 - Multas, Juros de Mora, Dívida Ativa e Outros Encargos do IPTU	52.000,00	52.000,00	94.906,61	182,51	94.906,61	182,51
1.2 - Receita Resultante do Imposto sobre Transmissão Icter Vivos - ITR	650.000,00	650.000,00	880.779,98	135,50	880.779,98	135,50
1.2.1 - ITR	650.000,00	650.000,00	880.779,98	135,50	880.779,98	135,50
1.2.2 - Multas, Juros de Mora, Dívida Ativa e Outros Encargos do ITR	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
1.3 - Receita Resultante do Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza - ISS	626.000,00	626.000,00	621.853,38	99,34	621.853,38	99,34
1.3.1 - ISS	590.000,00	590.000,00	592.663,47	100,45	592.663,47	100,45
1.3.2 - Multas, Juros de Mora, Dívida Ativa e Outros Encargos do ISS	36.000,00	36.000,00	29.189,91	81,08	29.189,91	81,08
1.4 - Receita Resultante do Imposto de Renda Retido na Fonte - IRRF	150.000,00	150.000,00	170.872,59	113,92	170.872,59	113,92
1.5 - Receita Resultante do Imposto Territorial Rural - ITR (CF, art. 153, 4º, inciso III)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
1.5.1 - ITR	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
1.5.2 - Multas, Juros de Mora, Dívida Ativa e Outros Encargos do ITR	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
2. RECEITAS DE TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS E LEGAIS	16.530.000,00	16.530.000,00	15.549.248,64	94,07	15.549.248,64	94,07
2.1 - Cota-Parte FPM	8.600.000,00	8.600.000,00	8.600.000,00	100,00	8.600.000,00	100,00
2.1.1 - Parcela referente à CF, art. 159, I alínea b	8.000.000,00	8.000.000,00	7.171.244,68	89,64	7.171.244,68	89,64
2.1.2 - Parcela referente à CF, art. 159, I alínea d	300.000,00	300.000,00	319.441,68	106,48	319.441,68	106,48
2.1.3 - Parcela referente à CF, art. 159, I alínea e	300.000,00	300.000,00	329.566,66	109,84	329.566,66	109,84
2.2 - Cota-Parte ICMS	6.500.000,00	6.500.000,00	6.327.028,44	97,34	6.327.028,44	97,34
2.3 - ICMS-Desoneração - L.C. nº87/1996	40.000,00	40.000,00	29.499,24	73,75	29.499,24	73,75
2.4 - Cota-Parte IP-Esportação	60.000,00	60.000,00	46.786,68	77,98	46.786,68	77,98
2.5 - Cota-Parte ITR	300.000,00	300.000,00	121.275,22	40,43	121.275,22	40,43
2.6 - Cota-Parte IPVA	1.300.000,00	1.300.000,00	1.204.466,64	92,65	1.204.466,64	92,65
2.7 - Cota-Parte IPI-Dueto	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
3. TOTAL DA RECEITA DE IMPOSTOS (1+2)	18.598.000,00	18.598.000,00	17.817.155,15	95,80	17.817.155,15	95,80

FONTE: SCD - Contabilidade [8.21.16.2299] - PREFEITURA MUNICIPAL DE PALMEIRA D OESTE

Portaria Nº 403 de 2016

PREFEITURA MUNICIPAL DE PALMEIRA D OESTE
ANEXO VIII
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO - MDE - MUNICÍPIOS
ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
 PERÍODO: Janeiro a Dezembro 2017 / BIMESTRE Novembro - DezembroPage 2 of 5

RREO - Anexo 8 (LDB, Art. 72)

RS 1

RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO	PREVISÃO		PREVISÃO		RECEITAS REALIZADAS	
--	----------	--	----------	--	---------------------	--

PREFEITURA MUNICIPAL DE PALMEIRA D OESTE
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DA DESPESAS COM PESSOAL
ORÇAMENTOS FISCAIS E DA SEGURIDADE SOCIAL
PERÍODO: Jan/2017 a Dez/2017

RGF - ANEXO 1 (LRF, art. 55, inciso I, alínea "a")

RS 1

DESPESA COM PESSOAL	DESPESA EXECUTADAS	
	Jan/2017 a Dez/2017	
	LIQUIDADAS (a)	INSCRITOS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (b)
DESPESA BRUTA COM PESSOAL - (I)	13.989.216,70	116.075,70
Pessoal Ativo	9.922.900,62	0,00
Pessoal Inativo e Pensionistas	3.104.864,70	0,00
Outras Despesas de Pessoal decorrentes de Contratos de Terceirização (§ 1º do art. 18 da LRF)	961.451,47	116.075,70
DESPESAS NÃO COMPUTADAS (§ 1º do art. 19 da LRF/II)	3.057.679,51	0,00
Indenizações por Demissão e Incentivos à Demissão Voluntária	0,00	0,00
Decorrentes Decisão Judicial e Exercícios Anteriores	0,00	0,00
Inativos e Pensionistas com Recursos Vinculados	3.057.679,51	0,00
DESPESA LÍQUIDA COM PESSOAL - (III) = (I-II)	10.931.537,28	116.075,70

APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE LEGAL	VALOR	% SOBRE A RCL
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL (V)	20.914.243,39	-
(c) Transferências obrigatórias da União relativas às emendas individuais (V)(§13, art. 166 da CF)	0,00	
= RECEITA CORRENTE LÍQUIDA AJUSTADA (VI)	20.914.243,39	
DESPESA TOTAL COM PESSOAL - DTP (IV) = (IIa + IIb)	11.047.612,98	52,82
LIMITE MÁXIMO (VI) (incisos I e II, art. 20 da LRF)	11.293.691,43	54,00
LIMITE PRUDENCIAL (VII) = (0,95 x VI) (parágrafo único do art. 22 da LRF)	10.729.006,86	51,30
LIMITE DE ALERTA (VIII) = (0,90 x VI) (inciso II do § 1º do art. 29 da LRF)	10.164.322,29	48,60

Nota: 1 - Durante o exercício, somente as despesas liquidadas são consideradas executadas. No encerramento do exercício, as despesas não liquidadas inscritas em restos a pagar não processados são também consideradas executadas.

Dessa forma, para maior transparência, as despesas executadas estão segregadas em:

a) Despesas liquidadas, consideradas aquelas em que houve a entrega do material ou serviço, nos termos do art. 63 da Lei 4.320/64;

b) Despesas empenhadas mas não liquidadas, inscritas em Restos a Pagar não-processados, consideradas liquidadas no encerramento do exercício, por força do inciso II do art. 25 da Lei 4.320/64.

2 - A Câmara Municipal não gastará mais de setenta por cento de sua receita com folha de pagamento, incluído o gasto com o subsídio de seus Vereadores, nos termos do Art. 29-A da Lei 101/2000

PREFEITURA MUNICIPAL DE PALMEIRA D OESTE
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DA DÍVIDA CONSOLIDADA
ORÇAMENTOS FISCAIS E DA SEGURIDADE SOCIAL
PERÍODO: JANEIRO A DEZEMBRO/2017

RGF - ANEXO 2 (LRF, art. 55, inciso I, alínea "b")

RS 1

DÍVIDA CONSOLIDADA	SALDO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	SALDO DO EXERCÍCIO 2017		
		Até o 1º Quadrimestre	Até o 2º Quadrimestre	Até o 3º Quadrimestre
DÍVIDA CONSOLIDADA - DC (I)	679.427,43	616.846,99	564.958,43	620.975,30
Dívida Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00
Dívida Contratual	679.427,43	616.846,99	564.958,43	620.975,30
Empréstimos	0,00	0,00	0,00	0,00
Internos	0,00	0,00	0,00	0,00
Externos	0,00	0,00	0,00	0,00
Reestruturação da Dívida de Estados e Municípios	0,00	0,00	0,00	0,00
Financiamentos	0,00	0,00	0,00	0,00
Internos	0,00	0,00	0,00	0,00
Externos	0,00	0,00	0,00	0,00
Parcelamento e Renegociação de Dívidas	679.427,43	616.846,99	564.958,43	620.975,30
De Tributos	0,00	0,00	0,00	0,00
De Contribuições Previdenciárias	679.427,43	616.846,99	564.958,43	620.975,30
De Demais Contribuições Sociais	0,00	0,00	0,00	0,00
Do FGTS	0,00	0,00	0,00	0,00
Com Instituição Não Financeira	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Dívidas Contratuais	0,00	0,00	0,00	0,00
Precatórios posteriores a 05/05/2000 (inclusive) - Vencidos e não Pagos	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Dívidas	0,00	0,00	0,00	0,00
DEDUÇÕES (II)	0,00	2.270.774,93	2.498.308,69	1.137.345,80
Disponibilidade de Caixa	0,00	2.270.774,93	2.497.558,69	1.137.345,80
Disponibilidade de Caixa Bruta	809.157,16	2.641.469,88	2.736.594,71	1.187.145,20
(c) Restos a Pagar Processados	1.286.894,22	370.694,95	239.036,02	49.799,40
Demais Haveres Financeiros	0,00	0,00	750,00	0,00
DIV. CONSOLID. LÍQUIDA (DCL) (III) = (I-II)	679.427,43	0,00	0,00	0,00
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL	21.170.705,30	21.425.454,37	-	21.711.649,75
20.914.243,39	-	-	-	-
% DA RCL SOBRE A RCL (III/CL)	3,21%	2,88%	2,60%	2,97%
% DA DCL SOBRE A RCL (III/CL)	3,21%	0,00%	0,00%	0,00%
LIMITE DEFINIDO POR RESOLUÇÃO DO SENADO FEDERAL - (I)	25.404.846,36	25.710.545,24	-	26.053.979,70
-25.097.092,07	-	-	-	-
LIMITE DE ALERTA (inciso III do § 1º do art. 59 da LRF) = (108%)(I)	22.864.361,72	23.139.490,72	-	23.448.581,73
22.587.382,86	-	-	-	-
OUTROS VALORES NÃO INTEGRANTES DA DC				
Precatórios Anteriores a 05/05/2000	0,00	0,00	0,00	0,00
Precatórios Posteriores a 05/05/2000 (Não incluídos na DC)	0,00	0,00	0,00	0,00
Passivo Atuarial	54.242.388,70	54.242.388,70	-	51.785.392,65
51.785.392,65	-	-	-	-
Insuficiência Financeira	477.737,06	0,00	0,00	0,00
Depósitos	1.577.090,30	1.769.583,30	1.487.122,29	318.754,35
RP Não-Processados de exercícios anteriores	2.047.357,79	1.558.085,00	1.177.596,52	1.989.093,03
Antecipação de Receita Orçamentária - ARO	0,00	0,00	0,00	0,00

PREFEITURA MUNICIPAL DE PALMEIRA D OESTE
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DAS OPERAÇÕES DE CRÉDITO
ORÇAMENTOS FISCAIS E DA SEGURIDADE SOCIAL
PERÍODO: JANEIRO A DEZEMBRO/2017

RGF - ANEXO 4 (LRF, art. 55, inciso I, alínea "d" e inciso III alínea "c")

RS 1

OPERAÇÕES DE CRÉDITO	VALOR REALIZADO	
	No Quadrimestre de Referência	Até o Quadrimestre de Referência (a)
Mobiliária	0,00	0,00
Internas	0,00	0,00
Externas	0,00	0,00
Contratual	0,00	0,00
Internas	0,00	0,00
Empréstimos	0,00	0,00
Aquisição Financiada de Bens e Arrendamento Mercantil Financeiro	0,00	0,00
Antecipação de Receita pela Venda a Termo de Bens e Serviços	0,00	0,00
Assunção, Reconhecimento e Confissão de Dívidas (LRF, art. 29, § 1º)	0,00	0,00
Operações de crédito previstas no art. 7º § 3º da RSF nº 43/2001	0,00	0,00
Externas	0,00	0,00
Empréstimos	0,00	0,00
Aquisição Financiada de Bens e Arrendamento Mercantil Financeiro	0,00	0,00
Antecipação de Receita pela Venda a Termo de Bens e Serviços	0,00	0,00
Assunção, Reconhecimento e Confissão de Dívidas (LRF, art. 29, § 1º)	0,00	0,00
Operações de crédito previstas no art. 7º § 3º da RSF nº 43/2001	0,00	0,00
APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DOS LIMITES	VALOR	% SOBRE A RCL
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL	20.914.243,39	100,00
OPERAÇÕES VEDADAS (II)	0,00	0,00
TOTAL CONSIDERADO PARA FINS DA APLICAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE = (III) = (II-III)	0,00	0,00
LIMITE GERAL DEFINIDO POR RESOLUÇÃO DO SENADO FEDERAL PARA AS OPERAÇÕES DE CRÉDITO INTERNAS E EXTERNAS	3.346.278,94	16,00
LIMITE DE ALERTA (inciso III do § 1º do art. 59 da LRF)	3.011.651,05	14,40
OPERAÇÕES DE CRÉDITO POR ANTECIPAÇÃO DA RECEITA ORÇAMENTÁRIA	0,00	0,00
LIMITE DEFINIDO POR RESOLUÇÃO DO SENADO FEDERAL PARA AS OPERAÇÕES DE CRÉDITO POR ANTECIPAÇÃO DA RECEITA ORÇAMENTÁRIA	1.463.997,04	7,00

OUTRAS OPERAÇÕES QUE INTEGRAM A DÍVIDA CONSOLIDADA	VALOR REALIZADO	
	No Quadrimestre de Referência	Até o Quadrimestre de Referência (a)
Parcelamentos de Dívidas	153.267,40	0,00
Tributos	0,00	0,00
Contribuições Sociais	153.267,40	0,00
FGTS	0,00	0,00
Operações de reestruturação e recomposição do principal de dívidas	0,00	0,00
FONTE: SCPJ - Contabilidade [8.21.16.2299], PREFEITURA MUNICIPAL DE PALMEIRA D OESTE		Portaria Nº 403 de 2016

PREFEITURA MUNICIPAL DE PALMEIRA D OESTE
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO SIMPLIFICADO DO RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
ORÇAMENTOS FISCAIS E DA SEGURIDADE SOCIAL
PERÍODO: ATÉ O 3º QUADRIMESTRE DE 2017

LRF, art. 48 - Anexo 6

RS 1

RECEITA CORRENTE LÍQUIDA	VALOR ATÉ O BIMESTRE	
	Jan a Dez 2017	Jan a Dez 2017
Receita Corrente Líquida	20.914.243,39	
DESPESA COM PESSOAL		
Despesa Total com Pessoal - DTP	11.047.612,98	52,82
Limite Máximo (incisos I e II, art. 20 da LRF)	11.293.691,43	54,00
Limite Prudencial (§ único, art. 22 da LRF)	10.729.006,86	51,30
DÍVIDA CONSOLIDADA		
Dívida Consolidada Líquida	0,00	0,00
Limite Definido por Resolução do Senado Federal	25.097.092,07	120,00
GARANTIAS DE VALORES		
Total das Garantias	0,00	0,00
Limite Definido por Resolução do Senado Federal	4.601.133,55	22,00
OPERAÇÕES DE CRÉDITO		
Operações de Crédito Internas e Externas	0,00	0,00
Operações de Crédito por Antecipação da Receita	0,00	0,00
Limite Definido por Senado Federal para Op. de Crédito Internas e Externas	3.346.278,94	16,00
Limite Definido por Senado Federal para Op. de Crédito por Antec. da Receita	1.463.997,04	7,00
INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS DO EXERCÍCIO		
RESTOS A PAGAR		
Valor Total	0,00	0,00

FONTE: SCPJ - Contabilidade [8.21.16.2299], PREFEITURA MUNICIPAL DE PALMEIRA D OESTE

Portaria Nº 403 de 2016

PREFEITURA MUNICIPAL DE PALMEIRA D OESTE
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO SIMPLIFICADO DO RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
ORÇAMENTOS FISCAIS E DA SEGURIDADE SOCIAL
PERÍODO: ATÉ O 3º QUADRIMESTRE DE 2017

LRF, art. 48 - Anexo 6

RS 1

PREFEITURA MUNICIPAL DE PALMEIRA D OESTE
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DA RECEITA DE IMPOSTOS E DAS DESPESAS PRÓPRIAS COM SAÚDE
ORÇAMENTOS FISCAIS E DA SEGURIDADE SOCIAL
Referência: Novembro - Dezembro/2017

RREO - ANEXO 12 (LC 141/2012, art. 35)

RS 1

RECEITAS PARA APURAÇÃO DA APLICAÇÃO EM SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS	
			Jan a Dez 2017 (b)	% (b/a)
RECEITAS DE IMPOSTOS LÍQUIDA (I)	2.068.000,00	2.068.000,00	2.267.906,51	109,67
Imposto Predial e Territorial Urbano - IPTU	590.000,00	590.000,00	499.493,95	84,66
Imposto sobre Transmissão de Bens Intervivos - ITBI	650.000,00	650.000,00	880.779,98	135,50
Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza - ISS	590.000,00	590.000,00	592.663,47	100,45
Imposto de Renda Retido na Fonte - IRRF	150.000,00	150.000,00	170.872,59	113,92
Imposto Territorial Rural - ITR	0,00	0,00	0,00	0,00
Multas, Juros de Mora e Outros Encargos dos Impostos	3.000,00	3.000,00	2.819,89	94,00
Dívida Ativa dos Impostos	55.000,00	55.000,00	74.050,96	134,64
Multas, Juros de Mora e Outros Encargos da Dívida Ativa	30.000,00	30.000,00	47.225,67	157,42
RECEITA DE TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS E LEGAIS (II)	15.930.000,00	15.930.000,00	14.900.300,30	93,54
Cota-Parte do FPM	8.000.000,00	8.000.000,00	7.171.244,68	89,64
Cota-Parte do ITR	30.000,00	30.000,00	121.275,22	404,25
Cota-Parte do IPVA	1.300.000,00	1.300.000,00	1.204.466,64	92,65
Cota-Parte do ICMS	6.500.000,00	6.500.000,00	6.327.028,44	97,34
Cota-Parte IPI-Exportação	60.000,00	60.000,00	46.786,08	77,98
Compensação Financeira Provenientes de Impostos e Transf. Constitucionais	40.000,00	40.000,00	29.499,24	73,75
Desoneração ICMS (LC 87/96)	40.000,00	40.000,00	29.499,24	73,75
Outras	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL DAS RECEITAS PARA APURAÇÃO DA APLICAÇÃO EM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE (III) = (I+II)	17.998.000,00	17.998.000,00	17.168.206,81	95,39

RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DA SAÚDE	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (c)	RECEITAS REALIZADAS	
			Jan a Dez 2017 (d)	% (d/c) x 100
TRANSFERÊNCIA DE RECURSOS DO SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE-SUS	1.836.000,00	1.836.000,00	1.564.734,37	85,23
Provenientes da União	1.640.000,00	1.640.000,00	1.455.459,41	88,75
Provenientes dos Estados	2.000,00	2.000,00	0,00	0,00
Proveniente de Outros Municípios	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas do SUS	194.000,00	194.000,00	109.274,96	56,33
TRANSFERÊNCIA VOLUNTÁRIAS	5.000,00	5.000,00	0,00	0,00
RECEITAS DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO VINCULADAS À SAÚDE	0,00	0,00	0,00	0,00
OUTRAS RECEITAS PARA FINANCIAMENTO DA SAÚDE	71.776,00	71.776,00	0,00	0,00
TOTAL RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DA SAÚDE	1.912.776,00	1.912.776,00	1.564.734,37	81,80

DESPESAS COM SAÚDE (Por Grupo de Natureza da Despesa)	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (e)	DESPESAS EXECUTADAS	
			LIQUIDADAS Até o Bimestre (f)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (g) (f/g) x 100
DESPESAS CORRENTE	6.220.000,00	6.226.662,49	5.538.302,58	116.075,70
Pessoal e Encargos Sociais (incluindo Patronal)	2.785.000,00	2.716.662,49	2.482.853,35	0,00
Juros e Encargos da Dívida	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Despesas Correntes	3.435.000,00	3.510.000,00	3.055.449,23	116.075,70
DESPESAS DE CAPITAL	51.000,00	578.337,51	177.668,35	322.895,05
Investimentos	51.000,00	578.337,51	177.668,35	322.895,05
Inversões Financeiras	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL DAS DESPESAS COM SAÚDE (IV)	6.271.000,00	6.805.000,00	5.715.970,93	438.970,75

FONTE: SCPJ - Contabilidade [8.21.16.2299], PREFEITURA MUNICIPAL DE PALMEIRA D OESTE

Portaria Nº